A viragem de 1844: Engels, Marx e a economia política: uma nótula sobre primeiras abordagens

Autor(es): BarataMoura, José

Publicado por: Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/39815>

DOI: DOI:https://doi.org/10.14195/0870-4260_57-1_14

Accessed : 26-Apr-2023 13:13:28

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA
FACULDADE DE DIREITO

BOLETIM DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS

HOMENAGEM AO PROF. DOUTOR ANTÓNIO JOSÉ AVELÃS NUNES

VOLUME LVII Tomo I

2 0 1 4

Organizadores:

LUÍS PEDRO CUNHA
JOSÉ MANUEL QUELHAS
TERESA ALMEIDA

COIMBRA

A VIRAGEM DE 1844

ENGELS, MARX E A ECONOMIA POLÍTICA: UMA NÓTULA SOBRE PRIMEIRAS ABORDAGENS

*Ao António Avelãs Nunes,
nas andanças desta silva de combates,
querido companheiro amigo.*

§ 1. O aprofundar dos patamares

Compulsando a documentação e inserindo-a nos contextos, ao nível descritivo, é certamente possível surpreender, nas ideias do jovem Marx, uma evolução (acidentada), e um amadurecimento (atribulado).

Penso, todavia, que a chave habitualmente invocada para explicar as «mudanças de opinião» — por enriquecimento da experiência, diversidade das fontes de inspiração abraçadas, alteração das circunstancialidades envolventes e da geometria dos afectos — não será suficiente para, nos termos mais adequados, dar conta do processo. Aponta-nos às molduras, mas não nos apronta a marcha de um pensar.

Decisiva, em meu entender, torna-se, por isso, a sucessiva colocação verificada dos problemas em patamares de acrescida radicalidade.

Neste sentido, afigura-se-me que é para tomar a sério — porque da seriedade das confrontações se levanta — uma afirmação, muitas vezes citada, mas porventura, o mais das

vezes, aduzida tão-só como uma curiosidade interessante: «Ser radical é apreender a coisa na raiz.» — «Radikal sein ist die Sache an der Wurzel fassen.»¹

Não é um desabafo altissonante, inflamado em ocasião de acendimentos. É, do mesmo passo, uma exigência pros-pectiva para o prosseguimento na trajectória, e um retrospectivo ponto de situação relativamente aos trajectos percorridos.

Na abertura do artigo de 1844, publicado nos *Deutsch-Französische Jahrbücher*, e em que a frase que acabamos de referir ocorre, lê-se: «Para a Alemanha, a crítica da religião está, no essencial, terminada, e a crítica da religião é a pressuposição de toda a crítica.»²

Efectivamente, no âmbito da produção teológico-filosófica oriunda da margem esquerda do hegelianismo — com os contributos de David Friedrich STRAUSS³, de Ludwig FEUERBACH⁴, de Bruno BAUER⁵ —, a apoiada desmontagem do polichinélico «segredo» dos andaimes terrenos que sustentam a galeria (suspensa) de onde se lança o olhar para as

¹ Karl MARX, *Zur Kritik der Hegelschen Rechtsphilosophie. Einleitung* (1844); *Marx-Engels Gesamtausgabe*, ed. Günther Heyden e Anatoli Jegorow (doravante: MEGA²), Berlin, Dietz Verlag, 1982, vol. I/2, p. 177.

² «Für Deutschland ist die Kritik der Religion im Wesentlichen beendet und die Kritik der Religion ist die Voraussetzung aller Kritik.», MARX, *Zur Kritik der Hegelschen Rechtsphilosophie. Einleitung* (1844); MEGA², vol. I/2, p. 170.

³ Cf. David Friedrich STRAUSS, *Das Leben Jesu, kritisch bearbeitet* (1835); ed. Werner Zager, Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 2012, bem como *Die christliche Glaubenslehre in ihrer geschichtlichen Entwicklung und im Kampfe mit der modernen Wissenschaft* (1841); ed. Werner Zager, Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 2009.

⁴ Cf. Ludwig FEUERBACH, *Das Wesen des Christentums* (1841, 1843²); *Gesammelte Werke*, ed. Werner Schuffenhauer (doravante: GW), Berlin, Akademie-Verlag, 1984², vol. 5.

⁵ Cf. Bruno BAUER, *Kritik der evangelischen Geschichte der Synoptiker*, Leipzig, Otto Wigand, 1841.

«celestialidades» havia sido impiedosamente consumada ⁶. O serviço estava feito. E, não obstante as perseguições censórias, disponível.

Impunha-se, por conseguinte, um virar de página. Que não seria exactamente um correr de cortina para trazer à cena cenários de novidade. A mudança requerida envolvia uma des-locação na maneira de interrogar, e nos tabuleiros em que se interroga.

A percepção de um câmbio necessário era, de resto, partilhada. Em tonalidades, e com acentos, diversificados na declinação.

Indícios vários, e sinais esparsos, desta premência transparecem, por estes anos, no pulsar dos pronunciamentos de FEUERBACH (quanto ao recentramento da filosofia) ⁷, de Arnold RUGE (quanto à tematização directa da política) ⁸,

⁶ Para uma posterior, mas próxima, caracterização crítica deste processo: Friedrich ENGELS — MARX, *Die heilige Familie, oder Kritik der kritischen Kritik. Gegen Bruno Bauer und Konsorten* (1845), VI, 3, f; *Marx-Engels Werke*, ed. IML (doravante: MEW), Berlin, Dietz Verlag, 1976⁹, vol. 2, p. 147.

⁷ «A filosofia do futuro tem a tarefa de introduzir de novo a filosofia, do reino das “almas falecidas”, no reino das almas *dotadas de corpo*, das [almas] *vivas*, [a tarefa] de fazer descer [a filosofia] da beatitude de pensamento divina, que não precisa de nada, à *miséria humana*.» — «Die Philosophie der Zukunft hat die Aufgabe, die Philosophie aus dem Reich der “abgeschiedenen Seelen” in das Reich der *bekörperten*, der *lebendigen* Seelen wieder einzuführen, aus der göttlichen, nichtsbedürfenden Gedankenseligkeit in das *menschlichen Elend* herabzuziehen.», FEUERBACH, *Grundsätze der Philosophie der Zukunft* (1843), Vorwort; GW, vol. 9, p. 264.

⁸ «O nosso tempo é político, a nossa política quer a liberdade deste mundo. Nós já não estamos mais a edificar o Estado eclesiástico [*Kirchenstaat*, subordinado às representações religiosas de Igreja], mas o Estado mundano [*Weltstaat*], e o interesse pela essência pública da liberdade de Estado cresce a cada respiração da humanidade. Os chamados interesses materiais contradizem a ideia do século apenas na aparência [*scheinbar*]. Assim como a criança, a cada aspiração [de ar], puxa da atmosfera exterior

de Edgar BAUER (quanto ao estender do terreno da «crítica») ⁹, ou de Moses HESS (quanto à exigência do privilégio

para dentro de si também a [atmosfera] espiritual da razão e da autoconsciência, assim cada elevação material da nossa contemporaneidade [*Mitwelt*] é imediatamente também uma [elevação] espiritual. Nós não queremos continuar a perseguir isto: a aspiração política não precisa de ser feita surgir [por encanto] somente sob a máscara do rosto material, ela está sem véu diante dos olhos.» — «Unsre Zeit ist politisch, unsre Politik will die Freiheit dieser Welt. Wir bauen nicht mehr am Kirchenstaat, sondern an dem Weltstaat, und das Interesse an dem öffentlichen Wesen der Staatsfreiheit wächst mit jedem Atemzuge der Menschheit. Die sogenannten materielle Interessen widersprechen der Idee des Jahrhunderts nur scheinbar. Wie das Kind mit jedem Zuge aus der äußerlichen Atmosphäre auch die geistige der Vernunft und des Selbstbewußtseins in sich hineinzieht, so ist jeder materielle Aufschwung unsrer Mitwelt unmittelbar auch ein geistiger. Wir wollen dies nicht weiter verfolgen, der politische Zug braucht nicht erst unter der Maske des materiellen Angesichts hervorgezaubert zu werden, er liegt unverschleiert vor Augen.» Arnold RUGE, *Die Hegelsche Rechtsphilosophie und die Politik unsrer Zeit* (1842); *Die Hegelsche Linke. Dokumente zu Philosophie und Politik im deutschen Vormärz*, ed. Heinz e Ingrid Pepperle (doravante: HL), Leipzig, Verlag Philipp Reclam jun., 1985, p. 443.

⁹ «O meio de nos tornarmos livres é a crítica: ela expulsa as fraquezas, e a fé, e a falta de coragem pequeno-burguesa. Ela mostra que o homem tem de criar, e de dominar, as relações, não as relações o homem. No homem não reside, pois, meramente aquela força de inércia, não [reside nele] meramente aquele instinto irracional que o manda aferrar-se ao subsistente! O homem não está criado para esperar eternamente do Céu, nem nasceu para pequeno-burguês. Não! É igualmente certo que vive nele uma aspiração infinita à liberdade e à dignidade racional. [...]. Até agora, a crítica moveu-se principalmente no campo da religião e da teologia. Começou pelo principal. [...]. Contudo, a crítica não pode, e não deve, permanecer meramente [crítica] antirreligiosa.» — «Das Mittel, uns frei zu machen, ist die Kritik: sie vertreibt Schwäche und Glauben und spießbürgerliche Demut. Sie zeigt, daß der Mensch die Verhältnisse, nicht die Verhältnisse den Menschen zu schaffen und zu beherrschen haben. Liegt doch im Menschen nicht bloß jene Trägheitskraft, nicht bloß jener unvernünftigen Instinkt, der ihn sich an das Bestehende anklammern heißt! Nein! Es ist ebenso gewiß, daß in ihm ein unendlicher Zug nach

da «acção» em detrimento das confinações à esfera do reflexivo)¹⁰.

Para Marx, na sequência da sua actividade publicística na *Rheinische Zeitung* — com uma clara atestação numa carta de Setembro de 1843 —, a tarefa havia adquirido já contornos de inadiável nitidez. Impõe-se passar da fase da poltrona perorante (isto é, do «ditado» de «soluções» em abstracto con-

Freiheit und vernünftiger Würde lebt. [...]. Die Kritik hat sich bis jetzt hauptsächlich auf dem Felde der Religion und Theologie bewegt. Sie hat mit der Hauptsache angefangen. [...]. Doch kann und darf die Kritik nicht bloß die antireligiöse bleiben.», Eduard BAUER, *Der Streit der Kritik mit Kirche und Staat* (1843); HL, pp. 582-583, 584, e 585.

¹⁰ «Os jovens hegelianos — por paradoxal que possa soar — continuam ainda a estar metidos na consciência teológica; pois, apesar de [terem liquidado] o “Espírito absoluto” de Hegel, a reprodução do deus cristão; apesar de terem liquidado também a política da Restauração, e do Justo-Meio, de Hegel; apesar de finalmente negarem o dualismo religioso; eles continuam a contrapor ao indivíduo, no entanto, o universal, como “Estado”; chegam, no máximo, à anarquia do liberalismo, a saber: à ausência de barreiras, da qual, porém, eles voltam a cair no “Estado” teológico, porque eles não progridem até à autodeterminação ou autolimitação, mas perseveram no ser-para-si da reflexão. Neles, a vida social ainda não triunfou do ponto de vista da reflexão, do estádio do ser-para-si.» — «Die Junghegelianer, wie paradox es auch klingen mag, stecken noch immer in theologischen Bewußtsein; denn obgleich sie den Hegelschen “absoluten Geist”, die Nachbildung des christlichen Gottes, obgleich sie auch die Hegelsche Restaurations- und Justemilieu-Politik aufgegeben haben, obgleich sie endlich den religiösen Dualismus negiren, so stellen sie doch dem Individuum noch immer das Allgemeine, als “Staat”, entgegen, kommen höchstens zur Anarchie des Liberalismus, nämlich zur Schrankenlosigkeit, aus welcher sie aber wieder in den theologischen “Staat” zurückfallen, weil sie nicht zur Selbstbestimmung oder Selbstbeschränkung fortschreiten, sondern im Fürsichsein der Reflexion verharren. Das soziale Leben hat bei ihnen den Standpunkt der Reflexion, die Stufe des Fürsichseins, noch nicht überwunden.», Moses HESS, *Philosophie der That* (1843); *Philosophische und sozialistische Schriften. 1837-1850. Eine Auswahl*, ed. Wolfgang Mönke, Berlin, Akademie-Verlag, 1980², p. 219.

geminadas) ao *exame* efectivo, e estudado, das realidades que requerem ser compreendidas, para que sejam transformadas. Há, pois, que accionar, com um alargamento do espectro, «a crítica sem contemplações de todo o subsistente» (*die rücksichtslose Kritik alles Bestehenden*)¹¹.

Este trânsito passa a dispôr, assim, de roteiro, e de um caderno de encargos, uma vez consumada a dissipação das extravagâncias teológicas aeroflutuantes:

É, portanto *tarefa da história*, depois de o *Além da verdade* ter desaparecido, estabelecer a *verdade do aquém*. É, antes do mais, *tarefa da filosofia* que está ao serviço da história, depois de a *figura*

¹¹ «Até aqui os filósofos tinham a resolução de todos os enigmas estendida no púlpito, e o estúpido mundo exotérico tinha apenas que escancarar a goela para que os pombos assados da ciência absoluta lhe voassem para dentro da boca. A filosofia mundanizou-se, e a prova mais flagrante disso é que a própria consciência filosófica foi puxada para dentro do tormento da luta, não apenas exteriormente, mas também internamente. Se a construção [artificial, *Konstruktion*] do futuro e o aprontar [de planos] para todos os tempos não são coisa nossa, é tanto mais certo aquilo que nós temos presentemente de levar a cabo: quero dizer, a *crítica sem contemplações de todo o subsistente*; sem contemplações, tanto no sentido de que a crítica não pode ter medo dos seus resultados, como, menos ainda, do conflito com os poderes existentes [estabelecidos, *vorhanden*].» — «Bisher hatten die Philosophen die Auflösung aller Räthsel in ihrem Pulte liegen und die dumme exoterische Welt hatte nur das Maul aufzusperren, damit ihr die gebratenen Tauben der absoluten Wissenschaft in den Mund flogen. Die Philosophie hat sich verweltlicht und der schlagendste Beweis dafür ist, dass das philosophische Bewusstsein selbst in die Qual des Kampfes nicht nur äusserlich, sondern auch innerlich hineingezogen ist. Ist die Konstruktion der Zukunft und das fertig werden für alle Zeiten nicht unsere Sache; so ist desto gewisser, was wir gegenwärtig zu vollbringen haben, ich meine *die rücksichtslose Kritik alles Bestehenden*, rücksichtslos sowohl in dem Sinne, dass die Kritik sich nicht vor ihren Resultaten fürchtet und eben so wenig vor dem Konflikte mit den vorhandenen Mächten.», MARX, *Brief an Arnold Ruge, September 1843*; MEGA², vol. III/1, pp. 54-55.

sagrada da auto-alienação humana ter sido desmascarada, desmascarar a auto-alienação nas suas *figuras profanas*. A crítica do Céu transforma-se, assim, na crítica da Terra, a *crítica da religião* na *crítica do Direito*, a *crítica da teologia* na *crítica da política*¹².

§ 2. Ao raso chão do viver

Descer das águas-furtadas ao piso térreo marca a direcção de um caminho.

Mas, uma vez iniciada a empresa, verifica-se que, com a vistoria aos locais onde a política mora, a compreensão estrutural do edifício ainda não se esgotou. Entrar numa discussão dos problemas reais obriga a que eles sejam estabelecidos em patamares que mais fundo enraizam.

Em 1844, o prefácio dos *Manuscritos de Paris* (que os editores justificadamente denominaram: *económico-filosóficos*) dá-nos conta desta inflexão na marcha, de novos ensaios de arrumação das matérias, e de um conjunto de problemas em fervência, que, mais tarde, acabarão por ganhar corpo em vários esboços preliminares de um projecto de que *O Capital* virá a constituir a parcela, só em parte, publicada.

Atentemos entretanto nas correcções de itinerário que Marx se propõe introduzir, redefinindo-lhe as etapas:

Eu tinha anunciado, nos Anais Franco-Alemães, a crítica da Ciência do Direito e do Estado, sob a forma de uma crítica

¹² «Es ist also die *Aufgabe der Geschichte*, nachdem das *Jenseits der Wahrheit* verschwunden ist, die *Wahrheit des Diesseits* zu etabliren. Es ist zunächst die *Aufgabe der Philosophie*, die im Dienste der Geschichte steht, nachdem die *Heiligengestalt* der menschlichen Selbstentfremdung entlarvt ist, die Selbstentfremdung in ihren *unheiligen Gestalten* zu entlarven. Die Kritik des Himmels verwandelt sich damit in die Kritik der Erde, die *Kritik der Religion* in die *Kritik des Rechts*, die *Kritik der Theologie* in die *Kritik der Politik*.», MARX, *Zur Kritik der Hegelschen Rechtsphilosophie. Einleitung* (1844); MEGA², vol. I/2, p. 171.

da Filosofia do Direito *de Hegel*. Na preparação para a estampa, a mistura da crítica dirigida apenas contra a especulação com a crítica das próprias diversas matérias mostrou-se [ser] inteiramente inadequada, por tolher o desenvolvimento, [e por] dificultar o entendimento. [...]. Vou, por conseguinte, fazerem seguir-se, em diversas brochuras autónomas, a crítica do Direito, da moral, da política, etc., e, por fim, num trabalho particular, tentarei de novo dar a conexão do todo, a relação das partes singulares, [e] finalmente a crítica da elaboração especulativa daquele material. Por esta razão, no presente escrito, a conexão da Economia Nacional com o Estado, o Direito, a moral, a vida civil [burguesa, *das bürgerliche Leben*], etc., só se encontra abordada, na precisa medida em que a própria Economia Nacional aborda *ex professo* estes assuntos¹³.

A crítica das «celestialidades» religiosamente assistidas, e que de pronto saltam à estrada, acaba por se resolver na crítica daquelas condições «terrenas» de que apenas constituem um aroma espiritualizado.

¹³ «Ich habe in den deutsch-französischen Jahrbüchern die Kritik des Rechts und Staatswissenschaft unter der Form einer Kritik der *hegel'schen* Rechtsphilosophie angekündigt. Bei der Ausarbeitung zum Druck zeigte sich die Vermengung der nur gegen die Spekulation gerichteten Kritik mit der Kritik der verschiedenen Materien selbst durchaus unangemessen, die Entwicklung hemmend, das Verständniß erschwerend. [...]. Ich werde daher in verschiednen selbständigen Brochuren die Kritik des Rechts, der Moral, Politik etc. auf einander folgen lassen und schließlich in einer besondern Arbeit wieder den Zusammenhang des Ganzen, das Verhältniß der einzelnen Theile, endlich die Kritik der spekulativen Bearbeitung jenes Materials zu geben versuchen. Man findet aus diesem Grunde in der vorliegenden Schrift den Zusammenhang der Nationalökonomie mit Staat, Recht, bürgerlichem Leben etc. grade nur so weit berührt, als die Nationalökonomie selbst *ex professo* diese Gegenstände berührt.», MARX, *Ökonomisch-philosophische Manuskripte* (1844), Vorrede; MEGA², vol. I/2, p. 325.

Mas, a muito breve trecho, o próprio aprofundamento das sondagens vem a mostrar que à «emancipação política» (*politische Emancipation*) não cabe a derradeira, ou a primordial, palavra¹⁴. Porque a esfera do «político» — com o seu admirável céu estrelado de «direitos humanos», em abstracto proclamados para todos, mas sem real contrapartida vivida para a esmagadora maioria dos interessados — se encontra ela própria montada sobre um conjunto de dispositivos que economicamente a estruturam e comandam¹⁵.

¹⁴ «A emancipação *política* é, sem dúvida, um grande progresso; ela não é, decerto, a última forma da emancipação humana em geral, mas ela é a última forma da emancipação humana *no interior* da ordem do mundo até aqui. Entenda-se: nós falamos aqui de emancipação [efectivamente] real, de [emancipação] prática.» — «Die *politische* Emancipation ist allerdings ein großer Fortschritt, sie ist zwar nicht die letzte Form der menschlichen Emancipation überhaupt, aber sie ist die letzte Form der menschlichen Emancipation *innerhalb* der bisherigen Weltordnung. Es versteht sich: wir sprechen von wirklicher, von praktischer Emancipation.», MARX, *Zur Judenfrage* (1844), I; MEGA², vol. I/2, p. 150.

¹⁵ «Nenhum dos chamados direitos humanos ultrapassa, portanto, o homem egoísta, o homem tal como ele é membro da sociedade burguesa, a saber: o indivíduo remetido a si, ao seu interesse privado e ao seu arbítrio privado, e isolado da comunidade. Muito longe de, neles, o homem ser apreendido como ser genérico [*Gattungswesen*], o próprio viver genérico [*Gattungsleben*], a sociedade, aparece, antes, como um quadro exterior aos indivíduos, como restrição da sua autonomia originária. O único vínculo que os mantém juntos é a necessidade natural, a precisão e o interesse privado, a conservação da sua propriedade e da sua pessoa egoísta.» — «Keines der sogenannten Menschenrechte geht also über den egoistischen Menschen hinaus, über den Menschen, wie er Mitglied der bürgerlichen Gesellschaft, nämlich auf sich, auf sein Privatinteresse und seine Privatwillkür zurückgezogenes und vom Gemeinwesen abgesondertes Individuum ist. Weit entfernt, daß der Mensch in ihnen als *Gattungswesen* aufgefaßt wurde, erscheint vielmehr das *Gattungsleben* selbst, die Gesellschaft, als ein den Individuen äußerlicher Rahmen, als Beschränkung ihrer ursprünglichen Selbstständigkeit. Das einzige Band, das sie zusammenhält, ist die Natur-Nothwendigkeit, das Bedürfniß und das Privatinter-

Ou seja, o descenso não pode, em termos de radicalidade, ser interrompido pela aposentadoria num andar intermédio. Há que atingir o nível daqueles caboucos onde a produção do viver começa materialmente por se determinar.

E, na verdade das realidades, a viagem efectivamente levada ao cabo veio a ser esta. Seguindo — com assinaláveis ampliações, excursos, e melhoramentos — este provisório roteiro de 1844.

Como Marx não deixará de referir, em 1859, numa visão retrospectiva:

O primeiro trabalho — empreendido para a solução das dúvidas que me assaltavam — foi uma revisão crítica da Filosofia do Direito de Hegel; um trabalho, cuja introdução apareceu nos Anais Franco-Alemães, editados em Paris, em 1844. A minha investigação levou ao resultado de que [tanto] relações jurídicas como formas de Estado não são de conceber a partir delas próprias, nem a partir do chamado desenvolvimento universal do espírito humano, mas enraízam, antes, nas condições materiais de vida, cuja totalidade Hegel — na esteira dos ingleses e dos franceses do século XVIII — resumiu sob o nome de “sociedade civil [burguesa, *bürgerliche Gesellschaft*]”¹⁶; [a investigação levou-me

teresse, die Conservation ihres Eigenthums und ihrer egoistischen Person.», MARX, *Zur Judenfrage* (1844), I; MEGA², vol. I/2, pp. 158-159.

¹⁶ Hegel intitula assim a segunda secção da terceira parte da sua *Rechtsphilosophie*.

Entretanto — a despeito do embasamento (idealista), e do teor (não isento de «ambiguidades»), da doutrina — também vai adiantando observações que ao jovem Marx não terão passado despercebidas.

Na tecnicamente denominada «sociedade civil», «o cidadão» (*der Bürger*) comporta-se, de facto, «como *burguês*» (*als bourgeois*). Cf. Georg Wilhelm Friedrich HEGEL, *Grundlinien der Philosophie des Rechts, oder Naturrecht und Staatswissenschaft im Grundrisse* (1821), § 190; *Theorie Werkaus-*

ao resultado] de que, porém, a anatomia da sociedade burguesa é de procurar na Economia política¹⁷.

Em suma, a viragem marxiana para a Economia tem uma gênese que se prende com o desenvolvimento do próprio pensar da realidade, na concreção do seu devir. Não decorre de uma axiomática posição inicial repentina. Não escorre de um catavento de opinações, que vão baloiçando ao sabor das correntezas do ar, consoante o sopro que da ambiência envolvente próxima se eleva. Passando em sucessiva revista crítica toda uma série de instâncias e de patamares, ela emerge, e ganha perfil, com o aprofundamento, procurado e pesquisado, dos diferentes supostos sobre os quais as edificações do viver social historicamente se constroem.

gabe, red. Eva Moldenhauer e Karl Markus Michel (doravante: TW), Frankfurt am Main, Suhrkamp Verlag, 1970, vol. 7, p. 348.

Em conformidade, essa celebrada *bürgerliche Gesellschaft* é tão-só «o campo de batalha do interesse privado individual de todos contra todos» — «der Kampfplatz des individuellen Privatinteresses aller gegen alle», HEGEL, *Grundlinien der Philosophie des Rechts*, § 289; TW, vol. 7, p. 458.

Veja-se o comentário de Marx a este parágrafo, nos *Manuscriptos de 1843*: MARX, *Zur Kritik der Hegelschen Rechtsphilosophie* (1843); MEGA², vol. I/2, pp. 45-46.

¹⁷ «Die erste Arbeit, unternommen zur Lösung der Zweifel, die mich bestürmten, war eine kritische Revision der Hegel'schen Rechtsphilosophie, eine Arbeit, wovon die Einleitung in den 1844 in Paris herausgegebenen Deutsch-Französischen Jahrbüchern erschien. Meine Untersuchung mündete in dem Ergebnis, daß Rechtsverhältnisse wie Staatsformen weder aus sich selbst zu begreifen sind, noch aus der sogenannten allgemeinen Entwicklung des menschlichen Geistes, sondern vielmehr in den materiellen Lebensverhältnissen wurzeln, deren Gesamtheit Hegel, nach dem Vorgang der Engländer und Franzosen des 18. Jahrhunderts, unter dem Namen "bürgerliche Gesellschaft" zusammenfaßt, daß aber die Anatomie der bürgerlichen Gesellschaft in der politischen Oekonomie zu suchen sei.», MARX, *Zur Kritik der politischen Ökonomie* (1859), Vorwort; MEGA², vol. II/2, p. 100.

Os primeiros excertos — por vezes, acompanhados de comentários — de diversas obras que versam directamente matéria económica são datáveis dos finais de 1843, e, sobretudo, de 1844¹⁸.

No pressentir do bem fundado desta viragem, porém, Marx não estará sozinho. E, no ulterior prosseguimento do descrever das curvas, também não.

Sob este ponto de vista, o ano de 1844 — certamente menos determinante do que o seguinte, no que toca à clarificação dos novos trilhos — assinala, todavia, um seminal momento de confluências, com um impacte marcante na projecção das forças.

§ 3. Um avanço nas sintonias

As circunstâncias do convite — que, ao que tudo indica, não terá partido de Marx — permanecem envoltas em debate: quanto à ocasião, e quanto aos protagonistas¹⁹. Mas o significativo facto é que o jovem ENGELS — autor com produção ao tempo já conhecida no tocante ao acompanhamento e análise da situação social e política em

¹⁸ Cf. MEGA², vol. IV/2, pp. 301-492 e 503-550.

Recorde-se que, pelo meio, houve também — provavelmente, em articulação com a temática abordada nos *Manuscritos de Paris* — uma releitura da *Phänomenologie des Geistes* de Hegel.

¹⁹ Veja-se a este respeito: Elke RÖLLIG, «Wer vermittelte Engels' Mitarbeit an den "Deutsch-Französischen Jahrbüchern"?», *Beiträge zu Marx-Engels Forschung*, Berlin, 13 (1982), pp. 27-36. E, como complemento pontual: Michael KNIERIEM, «Wer vermittelte Engels' Mitarbeit an den "Deutsch-Französischen Jahrbüchern"? — Eine notwendige Ergänzung», *Beiträge zu Marx-Engels Forschung*, Berlin, 14 (1983), pp. 138-140.

Inglaterra²⁰ — colabora nos *Deutsch-Französische Jahrbücher* com dois textos²¹.

Considerando o objecto da presente nótula — e por essa razão o tomamos como placa giratória para os nossos desenvolvimentos —, um desses escritos, os *Umrisse zu einer Kritik der Nationalökonomie*, reveste-se de especial interesse.

Pela tempestividade da escolha do tema, em sintonia com preocupações sentidas, como vimos, no movimento jovem-hegeliano, mas ocupando-se de lhes desentranhar o raizame. Pelo conteúdo que elabora, e torna patente, desde logo. Pela circunstância de ter sido elaborado num período *antecedente* ao reencontro com Marx em Paris, e sem prévia combinação das perspectivas. Por se tratar de um primeiro intento de abordagem global da Economia política burguesa em termos *críticos*, a partir de um assumido ponto de vista *de classe*.

Será curioso, no entanto, lembrar algumas reacções, pelos estados de espírito na apreciação, coeva e retrospectiva, de que constituem indício.

Poucos meses após a publicação, ENGELS queixa-se, não sem ironia no contraste, da fraca ressonância que os *Umrisse* despertaram²². Anos volvidos, em pelo menos duas ocasiões

²⁰ Vejam-se, nomeadamente, os artigos publicados na *Rheinische Zeitung* (de Köln) em 1842 (MEGA², vol. I/3, pp. 437-450), e a série *Briefe aus London*, que saiu no *Schweizerischer Republikaner* (de Zürich-Winterthur) em 1843 (MEGA², vol. I/3, pp. 451-466).

²¹ Cf. ENGELS, *Die Lage Englands. Past and Present by Thomas Carlyle. London 1843* (1844), I, e *Umrisse zu einer Kritik der Nationalökonomie* (1844); MEGA², vol. I/3, respectivamente, pp. 511-536 e 467-494.

²² «O meu artigo sobre Carlyle proporcionou-me, junto da “massa” uma nomeada enorme, de modo ridículo, enquanto só muito poucos leram o [artigo] sobre economia. É natural.» — «Mein Artikel über Carlyle hat mir bei der “Masse” ein enormes Renommée verschafft, lächerlicher Weise, während den über Ökonomie nur sehr Wenige gelesen haben.

— quando se colocou a possibilidade de reeditar o artigo na Alemanha²³ e, mais tarde, de o traduzir para russo²⁴ —, Engels não escondeu as suas reservas, uma vez que os defeitos e as insuficiências aí exibidos eram susceptíveis de não contribuir para um entendimento correcto da concepção, a qual, entretanto amadurecida, havia progredido na solidez e no embasamento.

No entanto, na altura da saída, os *Umriss*e também encontraram o seu círculo de leitores. Uns, carregando sobretudo na tecla das adversativas, em virtude dos restos de hegelianismo

Das ist natürlich.», ENGELS, *Brief an Marx, Anfang Oktober 1844*; MEGA², vol. III/1, p. 244.

²³ «Imprimir agora no “Volksstaat” o meu velho artigo dos “Deutsch-Französische Jahrbücher” — absolutamente não funciona. A coisa está *totalmente antiquada* e cheia de incorrecções que apenas tornariam as pessoas confusas. Além disso, está totalmente [composta] ainda à maneira de Hegel, que absolutamente também não serve mais. Só tem ainda valor como documento histórico.» — «Meinen alten Artikel aus den “D[eutsch]-F[rantzösischen] Jahrb[ücher]” jetzt im “Volksst[aat] abdrucken, geht absolut nicht. Das Ding ist *ganz veraltet* und voller Unrichtigkeiten, die die Leute nur konfus machen würden. Dabei ist es noch ganz in der Hegelschen Manier, die auch absolut nicht mehr paßt. Es hat nur noch Wert als historisches Aktenstück.», ENGELS, *Brief an Wilhelm Liebknecht, 13. April 1871*; MEW, vol. 33, p. 208.

²⁴ «Sinto-me extremamente lisonjeado por V. crer ser útil traduzir os meus *Umriss*e, etc. Apesar de ainda estar um pouco orgulhoso desse primeiro trabalho em ciência social, sei demasiado bem que agora ele está completamente antiquado, e cheio não apenas de erros, mas de tolices. Temo que ele não poderia deixar de causar mais malentendidos, do que fazer bem.» — «Je me sens extrêmement flatté de ce que vous croyez utile de traduire mes *Umriss*e, etc. Bien que je sois encore un peu fier de ce premier travail en science sociale, je ne sais que trop qu’il est maintenant tout à fait suranné et plein non seulement de fautes mais de boulettes. Je crains qu’il ne pourrait manquer de causer plus de malentendus qu’il ne ferait de bon.», ENGELS, *Lettre à Evguenia Eduardovna Papritz, le 26 juin 1884*; MARX — ENGELS, *Correspondance*, Moscou, Éditions du Progrès, 1971, p. 387.

em deambulação pelo texto, como aconteceu com Arnold RUGE²⁵; outros — no caso, um dramaturgo atormentado, e sensível às inquietações «éticas» —, enaltecendo o acume das denúncias²⁶.

Marx — que estava ao corrente da actividade literária politicamente empenhada de Engels em Inglaterra²⁷ —, ainda antes dos «dez dias» (*zehn Tage*)²⁸ de encontros nos finais de Agosto em Paris (que acertaram uma convergência de pontos de vista, selaram o estreitamento de uma amizade, e abriram passo a uma cooperação teórica e combativa que durou para o resto da vida), procedeu à leitura dos *Umrisse*, e sumariou os seus aspectos capitais²⁹. A avaliar pelos termos que dos

²⁵ «O Engels torna-se muito útil, mas, apesar de toda a boa vontade, está ainda profundamente metido em Hegel, até nos vícios do estilo. Os seus assuntos são, porém, um dilúvio para os alemães preguiçosos.» — «Der Engels macht sich sehr nützlich, steckt aber bei allem guten Willen noch tief im Hegel bis auf die Unarten des Stils. Seine Gegenstände sind aber eine Sündflut für die faulen Deutschen.», Arnold RUGE, *Brief an Ludwig Feuerbach*, 5. Februar 1844; FEUERBACH, GW, vol. 18, p. 321.

²⁶ «Contudo estes “Anais” contêm duas excelentes dissertações de um prussiano, Friedrich Engels, em Manchester: a “*Lage Englands*” e “*Kritik der National-Ökonomie*”, a última das quais, nomeadamente, põe a nu a colossal imoralidade sobre a qual todo o comércio do mundo está baseado.» — «Doch enthalten diese “Jahrbücher zwei ausgezeichnete Aufsätze von einem Preußen, Friedrich Engels in Manchester; die “*Lage Englands*” und “*Kritik der National-Ökonomie*”, wovon namentlich der letztere die ungeheure Unsittlichkeit, worauf aller Handel der Welt basiert ist, bloßlegt.», Christian Friedrich HEBBEL, *Brief an Elise Lensing*, 2. April 1844; Marx-Engels Jahrbuch, Berlin, 1 (1978), p. 390.

²⁷ Veja-se, por exemplo: MARX, *Brief an Ludwig Feuerbach*, 11. August 1844; MEGA², vol. III/1, pp. 63–64.

²⁸ Cf. ENGELS, *Brief an Marx*, Anfang Oktober 1844; MEGA², vol. III/1, p. 246.

²⁹ Cf. MARX, *Engels in den deutsch-französischen Jahrbüchern* (1844); MEGA², vol. IV/2, pp. 485–486.

Manuscritos de 1844 constam, foi a primeira apreciação logo altamente positiva³⁰.

E esta boa impressão não se desvaneceu. Em 1859, os *Umrisse* são qualificados como «esquismo genial para a crítica das categorias económicas» (*geniale Skizze zur Kritik der ökonomischen Kategorien*)³¹, e, no Livro primeiro de *O Capital*, funcionando em apoio directo ao tratamento das matérias, figuram, pelo menos, quatro transcrições de passagens. Em 1880, Marx, no preâmbulo que redige para *Socialisme utopique et socialisme scientifique* de Engels, e que Paul Lafargue haveria de assinar, salienta que os *Umrisse* «formulam já certos princípios gerais do socialismo científico» (*formulent déjà certains principes généraux du socialisme scientifique*)³².

Em 1890, aquando da reedição do texto em *Die Neue Zeit*, Karl KAUTSKY põe em evidência duas perspectivas que me parecem de realçar para uma situação histórica do relevo concepcional de que este opúsculo se reveste:

Este artigo é importante, porque aqui foi, pela primeira vez, feita a tentativa de fundar o socialismo na economia política. [...]. É o único trabalho significativo do tempo do isolamento espiritual de Engels, do tempo em que a influência de Marx sobre ele ainda não se tinha feito valer. Porém, precisamente este artigo foi a ocasião para a aproximação dos dois homens³³.

³⁰ Marx coloca os *Umrisse*, a par de escritos de Wilhelm Weitling e de Moses Hess, entre os poucos «trabalhos alemães plenos de conteúdo e originais» (*inhaltvolle und originelle deutsche Arbeiten*) no domínio da ciência económica. Cf. MARX, *Ökonomisch-philosophische Manuskripte* (1844), Vorrede; MEGA², vol. I/2, pp. 325-326.

³¹ MARX, *Zur Kritik der politischen Ökonomie* (1859), Vorwort; MEGA², vol. II/2, p. 101.

³² MARX, *Avant-propos* (1880); MEGA², vol. I/27, p. 541.

³³ «Dieser Artikel ist wichtig, weil hier zuerst der Versuch gemacht wird, den Sozialismus auf die politische Ökonomie zu begründen. [...]». Er

§ 4. Uma definição à partida

Entremos, porém, directamente no assunto que escolhi, o qual se prende com o entendimento da própria categoria «Economia política», nas primeiras abordagens de Engels e de Marx, de que até nós chegaram testemunhos.

Como começa este artigo engelsiano de 1844?

Inicia-se por uma como definição, em cujo estabelecimento, aparentemente, está a ser aplicado um método «genético-crítico», com vagas ressonâncias remotas de extracção feuerbachiana ³⁴:

A Economia Nacional [*Nationalökonomie*] surgiu como uma consequência natural da extensão do comércio [*Ausdehnung des Handels*], e, com ela, entrou, para o lugar da simples traficância incientífica [*unwissenschaftlicher Schacher*], um sistema aperfeiçoado [*ausgebildet*] da intrujice autorizada [*erlaubter Betrug*], uma completa ciência do enriquecimento ³⁵.

ist die einzige bedeutende Arbeit aus der Zeit von Engels' geistiger Isolierung, aus der Zeit, in der der Einfluß von Marx auf ihn sich noch nicht geltend gemacht hatte. Gerade dieser Artikel aber wurde die Veranlassung zur Annäherung der beiden Männer», Karl KAUTSKY, «Friedrich Engels. Zu seinem siebzigsten Geburtstag», *Die Neue Zeit*, Stuttgart, 9 (1890-1891), vol. 1, p. 229.

³⁴ «A filosofia genético-crítica é aquela que não demonstra e concebe dogmaticamente um objecto dado pela representação [...], mas investiga a sua origem» — «Die genetisch-kritische Philosophie ist die, welche einen durch die Vorstellung gegebenen Gegenstand [...] nicht dogmatisch demonstriert und begreift, sondern seinen *Ursprung* untersucht», FEUERBACH, *Zur Kritik der Hegelschen Philosophie* (1839); GW, vol. 9, p. 52. Este texto foi publicado inicialmente nos *Hallische Jahrbücher*, editados por Arnold Ruge.

³⁵ «Die Nationalökonomie entstand als eine natürliche Folge der Ausdehnung des Handels, und mit ihr trat an die Stelle des einfachen, unwissenschaftlichen Schachers ein ausgebildetes System des erlaubten

Convenhamos que esta caracterização bastante genérica do domínio em causa não se distingue propriamente pelo tom austero, e pela cerimonialidade. No entanto, ela identifica, como aspectos interligados — no teor e na dinâmica —, alguns elementos que importa, desde já, reter: a dimensão *histórica* do surgimento, o carácter *científico* da moldura de que se reclama (para um mais escrupuloso consumir das trapaças, é certo), e a explicitada *finalidade* do objecto que persegue.

No que diz respeito ao léxico categorial de que se socorre, ENGELS, ao empregar a designação: *Nationalökonomie*, opta manifestamente por uma daquelas versões que, ao tempo, tinham curso atestado na literatura alemã da especialidade,

Betrugs, eine komplette Bereichserziehungswissenschaft.», ENGELS, *Umriss zu einer Kritik der Nationalökonomie* (1844); MEGA², vol. I/3, p. 467.

Numa obra do ano seguinte, em que a crítica dos enquadramentos sociais sobreleva o enfoque da matéria económica, deparamos com uma passagem que permite aclarar, se preciso fora, os contornos de aquilo que aqui se retrata:

«Para o burguês inglês, é inteiramente indiferente se os seus operários morrem de fome, ou não, desde que ele ganhe dinheiro. Todas as relações do viver [*Lebensverhältnisse*] são medidas pelo ganho de dinheiro [*Gelderverb*], e aquilo que não renda dinheiro é tralha estúpida, não prática [*unpraktisch*], idealista. Por isso também a Economia Nacional, a ciência do ganho de dinheiro, é a ciência predilecta deste judeu da traficância [*Schacherjuden*]. Cada um deles [dos burgueses de Inglaterra] é economista nacional.» — «Es ist dem englischen Bourgeois durchaus gleichgültig ob seine Arbeiter verhungern oder nicht, wenn er nur Geld verdient. Alle Lebensverhältnisse werden nach dem Gelderwerb gemessen, und was kein Geld abwirft, das ist dummes Zeug, unpraktisch, idealistisch. Darum ist auch die Nationalökonomie, die Wissenschaft des Gelderwerbs, die Lieblingsswissenschaft dieser Schacherjuden. Jeder ist Nationalökonom.», ENGELS, *Die Lage der arbeitenden Klasse in England. Nach eigener Anschauung und authentischen Quellen* (1845), *Die Stellung der Bourgeoisie zum Proletariat*; MEW, vol. 2, p. 487.

quando se tratava de fornecer um equivalente germânico para a «Political Economy» dos britânicos ou para a «Économie politique» dos franceses³⁶.

Hegel, por exemplo, destaca Adam Smith, Jean-Baptiste Say, e David Ricardo, entre os autores mais representativos da «Economia do Estado» (*Staatsökonomie*). E, do mesmo passo que assinala *já* os vínculos que a nóvel esfera disciplinar mantém com o próprio desenvolvimento económico das sociedades modernas — o verdadeiro «solo» (*Boden*) do qual brota para se erguer —, sublinha igualmente, como traço de reconhecida valia, o facto de, enquanto «ciência» (*Wissenschaft*), ela ter sabido encontrar «as leis» (*die Gesetze*), num plano de generalidade abstracta, «para uma massa de casualidades» (*zu einer Masse von Zufälligkeiten*) contingentes³⁷.

A terceira dimensão de que se dá nota, todavia, é susceptível de levantar alguns pruridos eventuais, sobretudo, junto daquelas almas que andem na diligente apanha das mais pequenas pontas por onde pegar.

³⁶ Pelo menos desde o último quartel do século XVIII — descontando discriminações pontuais, destinadas a sublinhar peculiares minudências na doutrina (um fenómeno, também na altura, bastante do agrado dos tratadistas) —, circulam pela Alemanha enquanto categorias aproximadamente sinónimas: «Economia do Estado» (*Staatswirtschaft*), «Economia Nacional» (*Nationalökonomie*), «Doutrina da Economia do Povo» (*Völkswirtschaftslehre*) e «Economia política» (*politische Ökonomie*).

Para um braço representativo de atestações coevas — extraídas da produção manualística, e dos acervos enciclopédicos —, tenha-se em conta, por exemplo: Johannes BURKHARDT, «Wirtschaft», VII, 2; *Geschichtliche Grundbegriffe. Historisches Lexikon zur politisch-sozialen Sprache in Deutschland* (1978), ed. Otto Brunner, Werner Conze, e Reinhart Koselleck, Stuttgart, Klett-Cotta, 2004², vol. 7, pp. 581-584.

³⁷ Cf. HEGEL, *Grundlinien der Philosophie des Rechts* (1821), § 189 e Zusatz; TW, vol. 7, pp. 346-347.

Aos olhos de uma certa crítica «helenizante» — de obediência estrita, no pendor para a ressuscitação an-histórica de purismos «filológicos» deslocados — poderá tornar-se motivo de sussurrado «escândalo», e pé para cascatas de «indignações» variadas, esta inaugural equiparação jovem-engelsiana da sorumbática «Economia política» ao móbil rasteiro de uma «ciência do enriquecimento» (*Bereicherungswissenschaft*).

Aqueles que por essa cartilha leiam virão contar-nos (correctamente) que, para os gregos antigos — no âmbito de cuja experiência o conceito começa por formar-se —, a «economia» (οἰκονομία) tem por declarada tarefa, ou «trabalho» (ἔργον), não o ganho desbragado, mas a boa administração da domesticidade: «gerir bem a casa própria» (εὖ οἰκεῖν τὸν ἑαυτοῦ οἶκον)³⁸.

Entretanto, porque os seres humanos vieram a encontrar formas unitárias mais complexas de organização para a vida em comum (a cujos custos haveria que prover), o campo de aplicação da economia estendeu-se também ao âmbito da «cidade» (πόλις), ainda que — pelo que se depreende de boa parte da doutrina hegemónica transmitida — conservando na matriz resquícios e saudades de um paternalismo gestor, por onde as assombrações da «casa» de quando em vez vagueiam.

É neste sentido que designadamente PLATÃO, como é sabido, admite que aquela «ciência» (ἐπιστήμη) que o governante deve possuir, para exercer bem as suas funções de regência e de comando, seja indistintamente adjectivada como «ou régia, ou política, ou económica» (εἴτε βασιλικὴ εἴτε πολιτικὴ εἴτε οἰκονομική)³⁹.

³⁸ Cf. XENOFONTE, *Económico*, 1, 2.

³⁹ Cf. PLATÃO, *Político*, 259 c.

No pulsar das realidades, porém, a cerzedura do quotidiano ia certamente usando de outras linhas de passar.

É por isso que ARISTÓTELES — reconhecendo embora que, ao tempo, havia já quem confundisse a «economia» com a «crematística» (χρηματιστική)⁴⁰ — entende que elas devem ser principalmente distinguidas. A *economia* (tanto no foro «doméstico», como na vertente «política») visa um adequado «emprego» (χρήσις) dos bens e dos recursos, não a sua «obtenção» (πορισμός)⁴¹, enquanto a *crematística* coloca como «finalidade» (τέλος), suprema e de «todas as coisas» (ἅπαντα), a «aquisição» (κτήσις) de uma «sobreabundância» (ὑπερβολή) de «riqueza» (πλούτος) e de «dinheiro» (νόμισμα), de um modo tendencialmente «ilimitado» (ἄπειρον)⁴².

Anteriormente — e abstraindo de diferenças no enquadramento, e até na doutrina —, deparamos também com traços semelhantes, quanto à estruturação do contraste entre *crematística* e *economia*, nos círculos socráticos, por exemplo, tanto em PLATÃO⁴³ como em Xenofonte⁴⁴.

⁴⁰ Cf. ARISTÓTELES, *Política*, I, 2, 1253 b 12-14.

⁴¹ Cf. ARISTÓTELES, *Política*, I, 3, 1256 a 11-16.

⁴² Para todos estes desenvolvimentos, veja-se, por exemplo: ARISTÓTELES, *Política*, I, 3, 1257 b 13 — 1258 a 14.

Marx, que conhece estes textos, virá a comentá-los, mais tarde, pondo em evidência que, por contraposição à «crematística», Aristóteles parte da «económica» (*Oekonomik*). Cf. MARX, *Das Kapital. Kritik der politischen Ökonomie. Erster Band. Hamburg 1867*, I, 2, 1; MEGA², vol. II/5, pp. 107-108.

Para uma caracterização dos diferentes ramos de que a *crematística* se compõe: ARISTÓTELES, *Política*, I, 4, 1258 a 11 — 1258 b 39.

⁴³ «O crematista» (ὁ χρηματιστής) aparece definido como um «demiurgo da riqueza» (πλούτου δημιουργός); cf. PLATÃO, *Górgias*, 452 bc. O (censurado) comércio marítimo vem, assim, a arrumar-se do lado da «crematística»: «aqueles que navegam» (οἱ πλεοντες) fazem-no apenas para «enriquecer» (πλουτεῖν); cf. PLATÃO, *Górgias*, 467 d.

É sintomático que, em louvor da figura de Sócrates, se alegue que, ao contrário do que acontece com «o vulgo» (οἱ πολλοί), ele nunca se

Nesta apresentação inicial dos *Umrisse*, é, no entanto, de uma outra história que Engels nos está a falar. Bem mais próxima, e porventura até com uma intertextualidade que não será difícil identificar. Afigura-se-me que a referência central que está em jogo se prende com uma formulação definitiva que encontramos em Adam SMITH:

A economia política, considerada como um ramo da ciência de um estadista ou legislador, propõe-se dois objectivos distintos: primeiro, providenciar [*to provide*] um abundante rendimento [*revenue*] ou sustento [*subsistence*] para o povo [*for the people*], ou, mais propriamente, habilitá-lo [*to enable them*] a providenciar um tal rendimento ou sustento para si próprio; e, em segundo lugar, abastecer [*to supply*] o Estado [*state*] ou comunidade [*commonwealth*] de um rendimento suficiente para os serviços públicos. Ela propõe-se enriquecer [*to enrich*] tanto o povo como o soberano ⁴⁵.

ocupou nem de «crematismo» (χρηματισμός) nem de «economia» (οικονομία). Cf. PLATÃO, *Apologia de Sócrates*, 36 b.

Surgem também observações interessantes, por exemplo, acerca da dialéctica que enlaça, num regime oligárquico, «os super-ricos» (οἱ ὑπέρπλουτοι) e «os totalmente indigentes» (οἱ παντάπασι πένητες). Cf. PLATÃO, *República*, VIII, 552 ab.

⁴⁴ Os «crematistas» actuam tendo em vista «o mais lucrativo» (τὸ κερδαλέωτερον). Cf. XENOFONTE, *Económico*, 2, 18.

Xenofonte será lembrado também, a propósito dos movimentos que se verificam na circulação: cf. MARX, *Zur Kritik der politischen Ökonomie* (1859), I, II, 3, a; MEGA², vol. II/2, pp. 198-199.

⁴⁵ «Political economy, considered as a branch of the science of a statesman or legislator, proposes two distinct objects: first, to provide a plentiful revenue or subsistence for the people, or more properly to enable them to provide such a revenue or subsistence for themselves; and secondly, to supply the state or commonwealth with a revenue sufficient for the public services. It proposes to enrich both the people and the sovereign.», Adam SMITH, *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth*

Esta inflexão, em que se ultrapassam as reticências aristotélicas à contaminação da patrícia «economia» por actividades orientadas ao pedestre «enriquecimento», é, no entanto, surpreendível já no século XVII. Não por luminosa irradiação de visionarismos proféticos avulsos, mas porque traduz todo um caminho que está a ser percorrido pelas sociedades europeias, com diferenças de andamento, no que diz respeito nomeadamente à maneira de produzir e de reproduzir a materialidade do seu viver.

Um inequívoco sinal desta mudança em curso aparece-nos reflectido, em 1615, naquele que é tradicionalmente considerado o primeiro tratado moderno de «Economia política», como tal reconhecível no título e no propósito.

Com efeito, e para a dissipação das dúvidas eventuais, o seu autor, Antoyne de MONTCHRÉTIEN, inscreve no caderno dos encargos da governança:

«Aqueles que são chamados ao governo dos Estados» — é o confiado apelo sage que um homem da manufatura dos aços (com alinhamento político huguenote, e que também como tragediógrafo antes poetara) dirige aos supremos detentores do mando na nação — «devem ter a glória, o aumento, e o enriquecimento [*l'enrichissement*], destes por objectivo principal deles»⁴⁶.

of Nations (1776), IV, Introduction; ed. William Letwin, London — New York, Dent — Dutton (Everyman's Library), 1975², vol. I, p. 375.

Meses volvidos, no prosseguimento destes trabalhos socio-económicos de análise crítica do real, Engels não deixará de mostrar como, bem ao contrário da unidade presumida, se estava, na verdade, em presença de «dois povos totalmente diversos» (*zwei ganz verschiedene Völker*): «a classe trabalhadora» (*die arbeitende Klasse*) e «a burguesia inglesa» (*die englische Bourgeoisie*). Cf. ENGELS, *Die Lage der arbeitenden Klasse in England* (1845), Resultate; MEW, vol. 2, p. 351.

⁴⁶ «Ceux qui sont appelez au gouvernement des Etats doyvent en avoir la gloire, l'augmentation et l'enrichissement pour leur principal but.»

Em conformidade, e vincando uma explícita demarcação assumida relativamente às doutrinas transmitidas,

pode muito a propósito sustentar-se, contra a opinião de Aristóteles e de Xenofonte, que não se poderia dividir a economia da política [*police*] sem desmembrar a parte principal do seu Todo, e que a ciência de adquirir bens [*la science d'acquérir des biens*], que eles assim chamam [isto é, a crematística] é comum tanto às repúblicas como às famílias⁴⁷.

Bereicherungswissenschaft não é, de facto, nenhuma invenção desqualificante, e maldosa, que um jovem carregado de pre-

Antoyne de MONTCHRÉTIEN, *Traité de l'Oeconomie Politique* (1615), I; ed. Théodore Funck-Brentano, Paris, E. Plon, Nourrit et C^{ie} Imprimeurs-Éditeurs, 1889, p. 11.

⁴⁷ «on peut fort à propos maintenir, contre l'opinion d'Aristote et de Xenophon, que l'on ne sauroit diviser l'oeconomie de la police sans demembrer la partie principale de son Tout, et que la science d'acquérir des biens, qu'ils nomment ainsi, est commune aux républiques aussi bien qu'aux familles.», MONTCHRÉTIEN, *Traité de l'Oeconomie Politique* (1615), I; ed. cit., p. 31.

Neste quadro — transformado, e em transformação —, onde toda uma mentalidade correspondente a outros tempos se espelha, «a maior arte dos Príncipes» (*le plus grand art des Princes*) consiste portanto em «saber fazer os povos lucrarem» (*sçavoir faire profiter les peuples*). Cf. MONTCHRÉTIEN, *Traité de l'Oeconomie Politique* (1615), I; ed. cit., p. 100.

É uma detecção precoce de sintomas em alastramento. Mas, como é sabido, não se trata, mesmo à época, de uma exclusiva «originalidade» gaulesa.

Relativamente ao contexto inglês — que, aliás, Montchrétien conheceu de perto —, vejam-se, por exemplo, as sínteses respeitantes à situação económica em: Christopher HILL, *The Century of Revolution. 1603-1714. Second Edition* (1980), London, Routledge, 1991¹¹, pp. 11-35, 124-138, 172-190, e 224-234. Para uma análise onde o ângulo antropológico-político predomina: Crawford Braugh MacPHERSON, *The Political Theory of Possessive Individualism. Hobbes to Locke* (1962), Oxford — New York — Toronto — Melbourne, Oxford University Press, 1979⁸.

conceitos, em busca de aclamada notoriedade entre os frequentadores habituais da capela, tenha elocubrado.

§ 5. Críticas, havia muitas, e para gostos vários

O artigo de Engels a que nos estamos a reportar não se limita, no entanto, a uma consideração da «Economia Nacional», acompanhada de uma glosa inteligente, a partir de materiais informativos extensos, e dominados.

Promete, e contém, os esboços de uma *crítica*.

Importa, por isso, que avancemos para uma nova pergunta, susceptível de aclarar a tenção, e a intensidade, dos pronunciamentos:

Por que é, afinal, a *Economia política*, na configuração doutrinal que apresenta, *críticável*?

Será de toda a conveniência ter presente que, na literatura ao tempo reconhecida como sendo especificamente económica, não faltavam também, soprados de quadrantes diferenciados e exprimindo interesses distintos, reparos à orientação geral que presidia à Escola liberalista dominante.

Nas boticas ao redor da praça, havia fazenda para vender em quantidade, pelo que também as «críticas» eram muitas, e aptas a satisfazer paladares variados.

SISMONDI, postado e apostado na defesa da pequena produção contra os excessos de um «produtivismo» enfunado à desfilada no galope⁴⁸, do mesmo passo que declara a sua

⁴⁸ Como Marx não deixará de observar, nos *Manuscritos de 1861-1863* (MEGA², vol. II/3.4, p. 1248):

«Sismondi tem o sentimento profundo de que a produção capitalista se contradiz; [...]. Ele *ajuíza* as contradições da produção

filiação em Adam Smith⁴⁹, logo em jeito de necessária correcção das trajectórias (sobremaneira, daquelas que foram

burguesa de um modo contundente [*schlagend*], mas ele não as *concebe*, e, por conseguinte, também não *concebe* o processo da sua dissolução.» — «*Sismondi* hat das tiefe Gefühl, daß die kapitalistische Produktion sich widerspricht; [...]. Er *beurteilt* die Widersprüche der bürgerlichen Produktion schlagend, aber er *begreift* sie nicht und begreift daher auch nicht den Prozeß ihrer Auflösung.», MARX, *Theorien über den Mehrwert*, III, 9, 12; MEW, vol. 26.3, pp. 50 e 51.

Nos termos da caracterização leninista, constante de um estudo ao tema dedicado, Sismondi «é um partidário caloroso da pequena produção, e eleva-se (tal como os populistas russos de hoje) contra os defensores e os ideólogos das grandes empresas» — «il est un partisan chaleureux de la petite production et s'élève (tout comme les populistes russes d'aujourd'hui) contre les défenseurs et les idéologues des grandes entreprises», Vladimir Ílitch LÉNINE, *Pour caractériser le romantisme économique. Sismondi et nos sismondistes nationaux* (1897); *Oeuvres*, Paris — Moscou, Éditions Sociales — Éditions du Progrès, 1975, vol. 2, p. 129.

Dados os supostos em que assenta, é compreensível, mas não será discutida aqui, a apreciação schumpeteriana de Sismondi:

«Ele pregou o evangelho de que o verdadeiro objecto da economia é o homem, e não a riqueza. Ele atacou o ricardianismo como mera “crematística”, e como crematística irrealista, para lhe dar um pontapé. Ele advogou uma vez mais a intervenção do Estado nos assuntos económicos. E era inteiramente a favor do trabalho.» — «he preached the gospel that the true object of economics is man and not wealth. He attacked Ricardianism as mere “chrematistics” and as unrealistic chrematistics to boot. He advocated once more the intervention of the state in economic affairs. And he was thoroughly pro-labor.», Joseph Alois SCHUMPETER, *History of Economic Analysis* (1952), III, 4, 4; ed. Elizabeth Boody Schumpeter, London — Boston — Sidney, Allen & Unwin Publishers, 1982¹², pp. 493-494.

⁴⁹ «A doutrina de Adam Smith é a nossa; tendo o archote que o seu génio trouxe para o campo da ciência feito entrar os seus sequazes na

seguidas, com manifesto agravamento, pelo seu discipulato mais ortodoxo), pondera: «o crescimento das riquezas [*l'accroissement des richesses*] não é o objectivo da economia política, mas o meio de que ela dispõe para proporcionar a felicidade de todos.»⁵⁰

via verdadeira, todos os progressos que nós fizemos nela, desde então, são-lhe devidos, e seria uma vaidade pueril aquela que se dedicasse a mostrar os pontos acerca dos quais as suas ideias ainda não estavam esclarecidas, uma vez que é a ele que nós devemos até a descoberta das verdades que ele próprio não tinha conhecido.» — «La doctrine d'Adam Smith est la nôtre; le flambeau que son génie apporte sur le champ de la science, ayant fait entrer ses sectateurs dans la vraie voie, tous les progrès que nous y avons faits depuis, lui sont dus, et ce serait une vanité puérile que celle qui s'attacherait à montrer tous les points sur lesquels ses idées n'étaient pas encore éclaircies, puisque c'est à lui que nous devons jusqu'à la découverte des vérités que lui-même n'avait pas connues.», Jean-Charles-Léonard Simonde de Sismondi, *Nouveaux Principes d'Économie Politique, ou de la richesse dans ses rapports avec la population* (1819), I, VII; Paris, Delaunay Librairie, 1827², t. I, p. 50.

⁵⁰ «L'accroissement des richesses n'est pas le but de l'économie politique, mais le moyen dont elle dispose pour procurer le bonheur de tous.», SISMONDI, *Nouveaux Principes d'Économie Politique* (1827²), Avertissement sur cette seconde édition; ed. cit., t. I, p. IV.

Em conformidade, «a acumulação das riquezas no Estado não é de modo nenhum, de uma maneira abstracta, o objectivo do governo, mas, sim, a participação de todos os cidadãos nas fruições da vida física que a riqueza representa.» — «L'accumulation des richesses dans l'État n'est point, d'une manière abstraite, le but du gouvernement, mais bien la participation de tous les citoyens aux jouissances de la vie physique, que la richesse représente.», SISMONDI, *Nouveaux Principes d'Économie Politique* (1827²), I, II; ed. cit., t. I, p. 9.

Esta é, na verdade, uma das perspectivas centrais que Sismondi entende evidenciar, como sendo o contributo que ele propriamente traz, como preparativo da justificação de intervenções governamentais que promovam a equidade social:

«Nós professamos, com Adam Smith, que o trabalho é a única origem da riqueza, que a economia é o único meio de a acumular; mas nós acrescentamos que a fruição é o único objectivo dessa acu-

Friedrich List, enquanto porta-voz dos segmentos burgueses que preconizavam uma industrialização da Alemanha pela via (protegida) do fomento dos seus apregoados interesses «nacionais»⁵¹ (que, por feliz coincidência da fortuna, eram jus-

mulação, e que não há acrescimento da riqueza nacional senão quanto também há acrescimento das fruições nacionais. Adam Smith, não considerando senão a riqueza, e vendo que todos os que a possuem têm interesse em acrescê-la, concluiu que esse acrescimento nunca poderia ser melhor favorecido do que abandonando a sociedade ao livre exercício de todos os interesses individuais.» — «Nous professons, avec Adam Smith, que le travail est la seule origine de la richesse, que l'économie est le seul moyen de l'accumuler; mais nous ajoutons que la jouissance est le seul but de cette accumulation, et qu'il n'y a accroissement de la richesse nationale que quand il y a aussi accroissement des jouissances nationales. Adam Smith, ne considérant que la richesse et voyant que tous ceux qui la possèdent ont intérêt à l'accroître, a conclu que cet accroissement ne pourrait jamais être mieux favorisé qu'en abandonnant la société au libre exercice de tous les intérêts individuels.», SISMONDI, *Nouveaux Principes d'Économie Politique* (1827²), I, VII; ed. cit., t. I, p. 51.

Daí que na sua concepção, e pelo lado positivo, a Economia Política seja «a investigação dos meios pelos quais o maior número de homens, num Estado dado, pode participar no grau mais elevado de bem-estar físico que dependa do governo» — «la recherche des moyens par lesquels le plus grand nombre d'hommes, dans un État donné, peut participer au plus haut degré de bien-être physique qui dépende du gouvernement», SISMONDI, *Nouveaux Principes d'Économie Politique* (1827²), VII, I; ed. cit., t. II, p. 250.

⁵¹ Como Marx refere, em comentário que intercala nos seus primeiros excertos da obra de List:

«Ele aceita a teoria actual, no interior de uma nação. Ele diferencia-se dela apenas no comércio externo. O senhor List considera a sociedade burguesa perfeita como o ideal a que há-de aspirar-se.» — «Er nimmt die jetzige Theorie an im Innern einer Nation. Er unterscheidet sich nur von ihr im auswärtigen Handeln. Herr List hält die vollendete bürgerliche Gesellschaft für das anzustrebende Ideal.», MARX, *Exzerpte aus Werken Friedrich*

tamente os deles), denuncia e combate as entronizações grassantes da doutrina smithiana do não-intervencionismo como sofisticação de um expediente ideológico, destinado apenas a perpetuar o domínio mundial dos mercados (alcançado pela Inglaterra, mas através do desenvolvimento de outras políticas)⁵²,

Lists und Heinrich Friedrich Oslanders (1844-1845); MEGA², vol. IV/2, p. 529.

Para outros pronunciamentos coevos sobre a matéria, indo no mesmo sentido: ENGELS, *Brief an Marx*, 19. November 1844; MEGA², vol. III/1, p. 251, e sobretudo: ENGELS, *Zwei Reden in Elberfeld* (1845), II; MEW, vol. 2, pp. 551-557, bem como MARX, *Über F. Lists Buch «Das nationale System der politischen Ökonomie»* (1845); *Beiträge zur Geschichte der Arbeiterbewegung*, Berlin, 14 (1972), n. 3, pp. 425-446.

⁵² Depois de enumerar as principais «máximas de Estado» (*Staatsmaximen*), eivadas de protecção nacionalista, efectivamente seguidas pelos diferentes governos para elevar o país à posição hegemónica de que desfruta, List reitera que o objectivo é agora:

«encobrir [*verdecken*] a verdadeira política da Inglaterra, através dos palavrórios [*Redensarten*] e dos argumentos cosmopolíticos inventados por Adam Smith, para impedir as nações estrangeiras de imitarem essa política. É uma regra comum de esperteza que, depois de se haver chegado ao cume da grandeza, se atire para trás a escada por intermédio da qual até ele se trepou, para tirar aos outros o meio de a seguir a nós treparem. Reside aqui o segredo [*Geheimnis*] da doutrina cosmopolítica de Adam Smith e das tendências cosmopolíticas do seu grande contemporâneo William Pitt, e de todos os seus sucessores na administração britânica do Estado. Uma nação que, através de medidas proteccionistas e de entraves à navegação, levou tão longe o desabrochamento da sua força manufactureira, e da sua navegação, ao ponto de nenhuma outra nação poder manter com ela [uma] livre concorrência, não podia fazer nada de mais esperto do que deitar fora essa escada da sua grandeza, pregar às outras nações as vantagens da liberdade de comércio, e arrepentidamente acusar-se a ela própria de até aqui ter andado pela via do erro e só agora ter chegado ao conhecimento da verdade.» — «die wahre Politik Englands durch die von Adam Smith erfundenen kosmopolitischen Redensarten und Argu-

havendo, por conseguinte, que contrapor a essa «Economia cosmopolítica» (*kosmopolitische Ökonomie*), reaquecida agora para servir de instrumento à supremacia instalada, uma autêntica «Economia política» (*politische Ökonomie*), genuinamente centrada na promoção do crescimento endógeno ⁵³.

mente zu verdecken, um fremde Nationen abzuhalten, diese Politik nachzuahmen. Es ist eine gemeine Klugheitsregel, daß man, auf den Gipfel der Größe gelangt, die Leiter, vermittels welcher man ihn erklimmen, hinter sich werfe, um anderen die Mittel zu benehmen, uns nachzuklimmen. Hierin liegt das Geheimnis der kosmopolitischen Lehre Adam Smiths und der kosmopolitischen Tendenzen seines großen Zeitgenossen William Pitt und aller seiner Nachfolger in der britischen Staatsverwaltung. Eine Nation, die durch Schutzmaßregeln und Schifffahrtsbeschränkungen ihre Manufakturkraft und ihre Schifffahrt so weit zur Ausbildung gebracht hat, daß keine andere Nation freie Konkurrenz mit ihr zu halten vermag, kann nichts Klügeres tun, als diese Leiter ihrer Größe wegwerfen, anderern Nationen die Vorteile der Handelsfreiheit predigen, und sich selbst reumütig anklagen, sie sei bisher auf der Bahn des Irrtums gewandelt und jetzt erst zur Erkenntnis der Wahrheit gelangt.», Friedrich LIST, *Das nationale System der politischen Oekonomie* (1841), IV, 33; ed. Heinrich Waentig, Jena, Verlag von Gustav Fischer, 1910², pp. 475–476.

Para uma visão menos «conspiracionista» na narrativa, e historicamente mais apoiada, de como, na realidade, «a estrada para o mercado livre foi aberta, e mantida aberta, por um incremento enorme do intervencionismo contínuo, centralmente organizado e controlado» — «the road to the free market was opened and kept open by an enormous increase in continuous, centrally organized and controlled interventionism» (p. 140) —, veja-se: Karl POLANYI, *The Great Transformation* (1944); ed. Robert M. MacIver, Boston, Beacon Press, 1957².

⁵³ A celebrada «Economia política» é, deste modo, criticada por — ao contrário do que o nome indicaria — não ser verdadeiramente uma «Economia Nacional» (*Nationalökonomie*), mas tão-só um projecto de «Economia mundial» (*Weltökonomie*):

«Manifestamente, Quesnay trata da Economia *cosmopolítica*, quer dizer: daquela ciência que ensina como pode o género humano todo

atingir prosperidade, em oposição à Economia política, ou àquela ciência que se limita a ensinar como uma dada nação nas relações mundanas dadas — pela agricultura, indústria, e comércio —, atinge prosperidade, civilização, e poder. Em sentido igualmente extenso, tratou também Adam Smith da sua doutrina, ao ter-se colocado a tarefa de justificar a ideia cosmopolítica da liberdade absoluta do comércio mundial, apesar das grosseiras violações da natureza das coisas, e da lógica, pelos Fisiocratas. Adam Smith, tão-pouco quanto Quesnay não se colocou a tarefa de tratar da Economia política, quer dizer: daquela política que as nações particulares têm de seguir para fazerem progressos nas suas situações económicas.» — «Offenbar handelt Quesnay von der *kosmopolitischen* Ökonomie, d. h. von derjenigen Wissenschaft, welche lehrt, wie das gesamte menschliche Geschlecht zu Wohlstand gelangen könne, im Gegensatz zu der politischen Ökonomie oder derjenigen Wissenschaft, die sich darauf beschränkt, zu lehren: wie eine gegebene Nation unter den gegebenen Weltverhältnissen durch Ackerbau, Industrie und Handel zu Wohlstand, Zivilisation und Macht gelange. In gleich ausgedehntem Sinne behandelte auch Adam Smith seine Lehre, indem er sich die Aufgabe stellte, die kosmopolitische Idee der absoluten Freiheit des Welthandels, trotz der groben Verstöße der Physiokraten gegen die Natur der Dinge und die Logik, zu rechtfertigen. Adam Smith stellte sich so wenig als Quesnay die Aufgabe, die politische Ökonomie, d. h. diejenige Politik abzuhandeln, welche die besondern Nationen zu befolgen haben, um in ihren ökonomischen Zuständen Fortschritte zu machen.», List, *Das nationale System der politischen Ökonomie* (1841), II, 11; ed. cit., pp. 204–205.

É neste quadro que igualmente se desenvolvem as fantasias listianas em torno da sua (espirituosa e espiritualizada) «teoria das forças produtivas» (*Theorie der produktiven Kräfte*), a qual, servida como indispensável suplemento, haveria de impedir que a rasteira prossecução exclusiva de «valores materiais» (*materielle Werte*) — o objectivo afinal de Smith ou de Say — viesse a afundar-se «em materialismo, particularismo, e individualismo» (*in Materialismus, Partikularismus und Individualismus*): «a riqueza nacional não consiste na posse de valores de troca, mas na posse de força produtiva, assim como a riqueza de um pescador não consiste na posse de peixes, mas na capacidade e nos meios de continuamente apanhar a

O caminho pioneiro que Engels empreende nos *Umrisse* para o assentamento da sua *crítica* é, porém, outro. E substancialmente diferente. Tanto na percepção de aquilo que a Economia política representa, como na identificação do alicerce sobre o qual as realidades de que ela fala repousam.

A Economia política não é um mero braçado de teorias, envolvendo um conjunto de opções doutrinárias. Quanto ao princípio chamado a reger o dogma de uma Escola, ou quanto à preconizada orientação a imprimir ao desenho das políticas.

As formulações canônicas aparecerão, é certo, mais tarde ⁵⁴,

sua precisão de peixes.» — «der Nationalreichtum besteht nicht in dem Besitz von Tauschwerten, sondern in dem Besitz von produktiver Kraft, wie der Reichtum eines Fischers nicht in dem Besitz von Fischen, sondern in der Fähigkeit und in den Mitteln besteht, fortwährend sein Bedürfnis an Fischen zu fangen.». Cf. LIST, *Das nationale System der politischen Ökonomie* (1841), II, 12 e III, 23; ed. cit., respectivamente, pp. 225 e 461.

Como seria de esperar, o comentário de Marx é, uma vez mais, certo e percuciente:

«O burguês alemão começa o seu arranjo da riqueza pela criação de uma extravagante Economia Nacional, hipocritamente idealizante.» — «Der deutsche Bürger beginnt seine Schaffung des Reichtums mit der Schöpfung einer überschwenglichen, heuchlerisch-idealisierenden Nationalökonomie.», MARX, *Über F. Lists Buch «Das nationale System der politischen Ökonomie»* (1845); na cópia de que disponho — consultável, segundo a informação que me chega, em <<https://www.Marxists.Org/deutsch/archiv/marx-engels/1845/list/flist.htm>>, p. 3.

⁵⁴ «A Economia política é a análise teórica da sociedade burguesa moderna, e pressupõe, por conseguinte, situações burguesas desenvolvidas» — «Die politische Oekonomie ist die theoretische Analyse der modernen bürgerlichen Gesellschaft, und setzt daher entwickelte bürgerliche Zustände voraus», ENGELS, *Karl Marx, Zur Kritik der politischen Ökonomie* (1859), I; MEGA², vol. II/2, p. 246.

Segundo a caracterização dos *Manuscritos de 1863-1867* (MEGA², vol. II/4.2, p. 723), retomada no Livro terceiro de *O Capital*, «a Economia moderna» (*die moderne Oekonomie*) é «a expressão teórica do modo capi-

mas a perspectiva para um embasamento materialista está disponível já nos *Umrisse*.

A Economia política *reflecte* — na própria diversidade das suas concepções — o movimento real que na moderna sociedade burguesa se processa. Nas diferentes etapas que vai atravessando, nos seus embaraços e cisões, na contraditoriedade relativa dos interesses que nela se digladiam⁵⁵.

Não estamos, portanto, a falar de uns pensamentos desgarrados em atmosférica suspensão, mas, sim, daquelas «ideias» que, em correspondência com um determinado viver concreto, traduzem uma dominação implantada, que os seus produtores orgânicos de «teoria» pretendem racionalmente consolidar⁵⁶.

talista de produção» (*der theoretische Ausdruck der kapitalistischen Produktionsweise*). Cf. MARX, *Das Kapital. Kritik der politischen Ökonomie. Dritter Band. Hamburg 1894*, III, II, VI, 47, I; MEGA², vol. II/15, p. 757.

⁵⁵ «O século XVIII, o século da revolução, revolucionou também a Economia; mas, assim como todas as revoluções desse século foram revoluções unilaterais, e permaneceram mergulhadas na oposição — assim como ao espiritualismo abstracto foi contraposto o materialismo abstracto, à monarquia a república, ao direito divino o contrato social —, assim também a revolução económica não ultrapassou a oposição.» — «Das achtzehnte Jahrhundert, das Jahrhundert der Revolution, revolutionirte auch die Oekonomie; aber wie alle Revolutionen dieses Jahrhunderts einseitig waren und im Gegensatz stecken blieben, wie dem abstrakten Spiritualismus der abstrakte Materialismus, der Monarchie die Republik, dem göttlichen Recht der sociale Kontrakt entgegengesetzt wurde, so kam auch die ökonomische Revolution nicht über den Gegensatz hinaus.», ENGELS, *Umrisse zu einer Kritik der Nationalökonomie* (1844); MEGA², vol. I/3, p. 468.

⁵⁶ Ficamos, deste modo, a perceber também que aqueles princípios de uma inteligibilidade materialmente fundada, que em *A ideologia alemã* se virão a sedimentar, não caíram prontos do céu, nem foram o resultado de uma repentina inspiração do génio. Têm por detrás a experiência pensada de todos estes processos:

«Os pensamentos dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações mate-

Porque a doutrina económica burguesa se constitui — segundo o prisma que a comanda — como um intento esforçado de penetração pensante nas *realidades* vigentes, a *crítica* que a tome por objecto não pode nem eleger entre unilateralidades abstractas inquestionadas, nem contentar-se com umas excursões pela aparência dos fenómenos, nem reduzir-se à denúncia escandalizada do vasto estendal de «imoralidades» que eles proporcionam ao olhar.

A crítica envolve uma compreensão fundamentada dos fundamentos. Tem que estabelecer-se, por isso, ao nível dos *supostos* em que assenta a própria *realidade* de que a Economia política — nas suas diferentes obediências, e declinações, em confronto — aspira a apresentar-se como ciência ⁵⁷.

riais dominantes apreendidas como pensamento; portanto, [a expressão] das relações que, precisamente, tornam uma classe em [classe] dominante, portanto, os pensamentos da sua dominação.» — «Die herrschenden Gedanken sind weiter Nichts als der ideelle Ausdruck der herrschenden materiellen Verhältnisse, die als Gedanken gefaßten herrschenden materiellen Verhältnisse; also der Verhältnisse, die eben die eine Klasse zur herrschenden machen, also die Gedanken ihrer Herrschaft.», MARX — ENGELS, *Die deutsche Ideologie. Kritik der neuesten deutschen Philosophie in ihren Repräsentanten Feuerbach, B. Bauer und Stirner, und des deutschen Sozialismus in seinen verschiedenen Propheten* (1845-1846), I, A, 2; MEW, vol. 3, p. 46.

⁵⁷ Perante as confrontações polémicas do velho mercantilismo e das concepções liberalistas (na esteira de Adam Smith), a atitude revelada por Engels é particularmente sintomática desta necessária inflexão a introduzir na pesquisa:

«A Economia mais recente não pode sequer ajuizar correctamente o sistema mercantil, porque ela própria é unilateral, e está ainda eivada das pressuposições daquele. Somente o ponto de vista que se eleva acima de ambos os sistemas, que critica as pressuposições comuns a ambos, e que parte de uma base universal pura-

§ 6. Em busca do «pecado original».

É precisamente neste sentido que, para Engels também — como do que acabamos de mencionar decorre, e sem que ele tivesse prévio conhecimento do asserto marxiano que começámos por referir —, a *crítica* tem que ser *radical*, ou que ir à raiz.

Trata-se de uma expedição de mergulho que não deixa de comportar os seus riscos. Como, em geral, com frequência acontece, quando se envereda pela procura, e sobretudo pela revelação, de «segredos» incómodos para a sacrossanta ordem instalada, que os prefere manter ao recato

mente humana, poderá indicar a ambos a sua correcta posição. Ver-se-á [então] que os defensores do livre comércio são piores monopolistas do que os próprios antigos mercantilistas. Ver-se-á que por detrás da humanidade fingida dos mais novos se encontra metida uma barbárie de que os antigos não sabiam nada, que a confusão de conceitos dos antigos é ainda simples e consequente face à lógica dúplice daqueles que os atacam, e que nenhum dos dois partidos pode atirar ao outro algo que sobre ele próprio não recaia.» — «Die neuere Oekonomie kann nicht einmal das Merkantilssystem richtig beurtheilen, weil sie selbst einseitig und noch mit den Voraussetzungen desselben behaftet ist. Erst der Standpunkt, der sich über den Gegensatz der beiden Systeme erhebt, der die gemeinsamen Voraussetzungen Beider kritisirt und von einer rein menschlichen, allgemeinen Basis ausgeht, wird Beiden ihre richtige Stellung anweisen können. Es wird sich zeigen, daß die Vertheidiger der Handelsfreiheit schlimmere Monopolisten sind als die alten Merkantilisten selbst. Es wird sich zeigen, daß hinter der gleißnerischen Humanität der Neueren eine Barbarei steckt, von der die Alten nichts wußten; daß die Begriffsverwirrung der Alten noch einfach und consequent ist gegen die doppelzüngige Logik ihrer Angreifer, und daß keine der beiden Partheien der andern etwas vorwerfen könne, was nicht auf sich selbst zurückfällt.», ENGELS, *Umriss zu einer Kritik der Nationalökonomie* (1844); MEGA², vol. I/3, p. 472.

de algum armário esconso, ou varridos para debaixo das passadeiras.

É por isso significativo que, em 1867, no prefácio para a primeira edição de *O Capital*, MARX ainda se sinta na necessidade de — não sem ironia na ponta — observar: «Hoje em dia, o próprio ateísmo é uma culpa leve [*culpa levis*], comparado com a crítica das relações de propriedade [*Eigenthumsverhältnisse*] legadas.»⁵⁸.

(Suspeito de que em algum perdido catálogo dos pecados, para melhor pastoreio do rebanho, esta gravíssima infracção continuará a ser punível...)

Ora, nos *Umrisse*, é precisamente sobre esta operação de desmontagem radical da vida económica, com vista a des-ocultar aquele papel originário e estruturante que as «relações de propriedade» no mundo burguês desempenham, que Engels faz incidir os holofotes do exame.

Os indicadores explícitos desta orientação são múltiplos, e configuram uma clara unidade no escopo.

Constata-se um silêncio, que, no entanto, prima pela eloquência: «a Economia não se atreveu a perguntar pela justificação [*Berechtigung*] da propriedade privada»⁵⁹. Convertida em premissa, acha-se dispensada de inquérito.

Descobre-se aos entusiastas do liberalismo modernizador o inconfesso desígnio careca: «Vós haveis aniquilado os pequenos monopólios, para, desse modo, tanto mais livremente e sem barreiras, fazer funcionar o único grande monopólio

⁵⁸ «Heutzutage ist der Atheismus selbst eine culpa levis, verglichen mit der Kritik überlieferter Eigenthumsverhältnisse.», MARX, *Das Kapital. Kritik der politischen Ökonomie. Erster Band. Hamburg 1867*, Vorwort; MEGA², vol. II/5, p. 14.

⁵⁹ «Die Oekonomie ließ sich nicht einfallen, nach der *Berechtigung des Privateigenthums* zu fragen», ENGELS, *Umrisse zu einer Kritik der Nationalökonomie* (1844); MEGA², vol. I/3, p. 468.

fundamental: a propriedade»⁶⁰. A apóstrofe será menos agradável ao ouvido dos adeptos, mas encontra-se por demais justificada.

Prescrutam-se os assentamentos que suportam a fractura cavada entre capital e trabalho, e vem a concluir-se sem espanto: «Se nós fizermos cair a propriedade privada, todas estas dissociações não-naturais caem»⁶¹. Muitas das «naturalidades» invocadas na hora da «restauração», de facto, não passam de artifício.

Desvenda-se, enfim, aquele enquadramento inamovido, em que as peripécias da tão abençoada concorrência evoluem: «o monopólio da propriedade» (*das Monopol des Eigenthums*)⁶². Razão de sobra para que, indo tudo ao mesmo dar, seja no mesmo que importa bater.

A possibilidade de regressões não está excluída⁶³, mas aquela via que introduz ao por diante fica, em todo o caso, esboçada.

⁶⁰ «Ihr habt die kleinen Monopole vernichtet, um das Eine große Grundmonopol, das Eigenthum, desto freier und schrankenloser wirken zu lassen», ENGELS, *Umriss zu einer Kritik der Nationalökonomie* (1844); MEGA², vol. I/3, p. 474.

⁶¹ «Wenn wir das Privateigenthum fallen lassen, so fallen alle diese unnatürlichen Spaltungen.», ENGELS, *Umriss zu einer Kritik der Nationalökonomie* (1844); MEGA², vol. I/3, p. 482.

⁶² Cf. ENGELS, *Umriss zu einer Kritik der Nationalökonomie* (1844); MEGA², vol. I/3, p. 483.

⁶³ «Assim como a teologia ou tem que retroceder para uma fé cega, ou tem que ir avante para uma filosofia livre, assim [também] a liberdade de comércio tem que produzir, de um lado, a restauração dos monopólios, do outro, a supressão [*Aufhebung*] da propriedade privada. O único progresso *positivo*, que a Economia liberal fez, foi o desenvolvimento das leis da propriedade privada. Estas estão decerto contidas nela, ainda que não desenvolvidas até à última consequência e claramente enunciadas.» — «Wie die Theologie entweder zum blinden Glauben zurück —, oder zur freien Philosophie vorwärtsgehen muß, so muß die Handelsfreiheit auf der einen Seite die Restauration der Monopole, auf der andern die *Aufhebung* des

Se é o império universal do proprietarismo privado burguês que converte o ser humano «numa mercadoria» (*zu einer Waare*), então, no horizonte expectável de «uma reconfiguração social» (*eine sociale Umgestaltung*) que a natureza histórica das próprias contradições acabará por trazer à pauta comezinha das premências⁶⁴, «a supressão desse rebaixamento da humanidade» (*die Aufhebung dieser Erniedrigung der Menschheit*) não pode deixar de ter que processar-se «através da supressão da propriedade privada» (*durch die Aufhebung des Privateigentums*)⁶⁵.

Em suma, e para efeitos de conveniente clarificação do nebuloso teor de muitas das categorias que andam a uso:

A expressão: riqueza nacional só fez fortuna pela mania de generalização dos economistas liberais. Enquanto a propriedade privada subsistir, esta expressão não tem sentido nenhum. A “riqueza

Privateigentums produciren. Der einzig *positive* Fortschritt, den die liberale Oekonomie gemacht hat, ist die Entwicklung der Gesetze des Privateigentums. Diese sind allerdings in ihr enthalten, wenn auch noch nicht bis zur letzten Konsequenz entwickelt und klar ausgesprochen.», ENGELS, *Umriss zu einer Kritik der Nationalökonomie* (1844); MEGA², vol. I/3, p. 472.

⁶⁴ Contrariamente ao que de ordinário se julga, não estamos perante uma qualquer crença necessitarista num mecanicismo histórico. Deparamos, sim, com os primórdios de uma compenetração da materialidade dialéctica, embebida no corpo das próprias realidades.

Como, em *O Capital*, virá a ficar expresso:

«O desenvolvimento das contradições de uma forma histórica de produção é, no entanto, o único caminho histórico da sua resolução e nova configuração.» — «Die Entwicklung der Widersprüche einer geschichtlichen Produktionsform ist jedoch der einzig geschichtliche Weg ihrer Auflösung und Neugestaltung.», MARX, *Das Kapital. Kritik der politischen Ökonomie. Erster Band. Hamburg 1867*, I, 4, 4; MEGA², vol. II/5, p. 400.

⁶⁵ Cf. ENGELS, *Umriss zu einer Kritik der Nationalökonomie* (1844); MEGA², vol. I/3, p. 490.

nacional” dos ingleses é muito grande, e contudo eles são o povo mais pobre à luz do dia. Deixe-se ou cair totalmente a expressão, ou admitam-se pressuposições que lhe dão um sentido. Do mesmo modo [se passa] com as expressões Economia Nacional, Economia política, [ou Economia] pública. Nas relações actuais [de propriedade], a ciência devia chamar-se Economia *privada*, pois as suas referências públicas só existem por causa da propriedade privada⁶⁶.

Não foi certamente por acidental casualidade que, no primeiro apontamento de leitura dos *Umrisse*, MARX registou como tópico organizador das demais ideias retidas: «A propriedade privada.» (*das Privateigenthum*)⁶⁷.

Penso que esta anotação reveste o significado de um caminho a aprofundar nesta viragem para a economia. Porque coloca na pista do fundamental, e porque desvenda roteiros habitualmente envoltos numa opacidade induzida.

§ 7. A gestão dos silêncios «prudentes»

Efectivamente, os representantes consagrados do economismo político da hora, nas suas diversas observâncias debi-

⁶⁶ «Der Ausdruck: Nationalreichtum ist erst durch Verallgemeinerungssucht der liberalen Oekonomen aufgekommen. So lange das Privateigenthum besteht, hat dieser Ausdruck keinen Sinn. Der “Nationalreichtum” der Engländer ist sehr groß, und doch sind sie das ärmste Volk unter der Sonne. Man lasse entweder den Ausdruck ganz fallen oder man nehme Voraussetzungen an, die ihm einen Sinn geben. Ebenso die Ausdrücke Nationalökonomie, politische, öffentliche Oekonomie. Die Wissenschaft sollte unter den jetzigen Verhältnissen *Privatökonomie* heißen, denn ihre öffentlichen Beziehungen sind nur um des Privateigenthums willen da.», ENGELS, *Umrisse zu einer Kritik der Nationalökonomie* (1844); MEGA², vol. I/3, p. 473.

⁶⁷ Cf. MARX, *Engels in den deutsch-französischen Jahrbücher* (1844); MEGA², vol. IV/2, p. 485.

tado, não mostravam muita propensão a enveredar por extensas dissertações acerca do tema. As referências existem, mas são conservadas sempre sob o controlo de um apertado intervalo de variação consentida.

Eximida a questionamento mais fino — por respeito a elementares preceitos de prudência —, «a propriedade» assoma, em regra, como o pilar tácito e inamovível da própria ordem social, que enquanto «evidência» deve ser aceite, garantida entretanto na sua posse, e, sobremaneira, preservada de quaisquer perturbações supervenientes que em causa a viessem a colocar.

Nalguns casos de conjuntural ataranto, um avio mais atabalhoado do tópico não chega mesmo a dissipar o presentimento da existência de vagas incomodidades, que, ao assalto, sobressaltam. De facto, nunca é propriamente coisa fácil pretender imobilizar um terreno movediço.

Mas há, no entanto, movimentações que imediatamente importam, na delicada cirurgia dos interesses.

Com o acendimento, primeiro, e a agudização, subsequente, das lutas entre os «industrialismos» da manufactura e a «terratenência» dos tradicionais, ou quando mais conveniente se tornasse sugerir as vantagens a retirar do incremento de uma exploração capitalista dos campos, podiam, sem dúvida, aparecer inocentes alusões ocasionais aos malefícios enganchados à persistência de uma *forma* «extensiva» de «propriedade» (isto é, não fecundada pelo acicate dos proveitos) ⁶⁸.

⁶⁸ «Restam ainda, em ambas as partes do reino unido, algumas grandes fazendas [*estates*] que continuaram sem interrupção nas mãos da mesma família desde os tempos da anarquia feudal. Compare-se a condição presente dessas fazendas com as possessões dos pequenos proprietários na sua vizinhança, e não se precisará de outro argumento para se ficar convencido de quão desfavorável ao melhoramento essa propriedade extensiva é.» — «There still remain in both parts of the united kingdom

Verificam-se igualmente erupções piroclásticas de invectivas contra a tributação da «transferência de propriedade» (*transference of property*), na medida em que, por tamanha sobrecarga onerosa, essas desvairadas alcavalas «impedem o capital nacional de ser distribuído do modo mais benéfico para a comunidade» (*they prevent the national capital from being distributed in the way most beneficial to the community*)⁶⁹.

A facilitação dos movimentos (solventes) na titularidade do instituto — diga-se, uma das premissas para a reprodução capitalista alargada — apresenta todavia, em todas estas pré-dicas, um indisputado pressuposto fundamental: que a «propriedade» constitua, e permaneça como, a reconhecida, e assegurada, moldura intocável.

some great estates which have continued without interruption in the hands of the same family since the times of feudal anarchy. Compare the present condition of those estates with the possessions of the small proprietors in their neighbourhood, and you will require no other argument to convince you how unfavourable such extensive property is to improvement.», SMITH, *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations* (1776), III, II; ed. cit., vol. I, p. 344.

⁶⁹ David RICARDO, *The Principles of Political Economy and Taxation* (1817, 1821³), VIII; ed. Donald Winch, London — New York, Dent — Dutton (Everyman's Library), 1974, p. 97.

O esperado justificativo para a desenvoltura nestes passes da dança proprietária surge, logo de seguida, na mesma página:

«Para a prosperidade geral, nunca pode ser demais a facilidade dada à cessão [*conveyance*] e à troca de todos os géneros de propriedade, uma vez que é por este meio que o capital de toda a espécie fica apto a encontrar o seu caminho para as mãos daqueles que melhor o empregarão a aumentar as produções do país.» — «For the general prosperity there cannot be too much facility given to the conveyance and exchange of all kinds of property, as it is by such means that capital of every species is likely to find its way into the hands of those who will best employ it in increasing the productions of the country.».

Como um avisado John Ramsay McCULLOCH não perde a ocasião de recordar aos eventuais incautos, e às mentes atormentadas por outras tentações: «Segurança da propriedade é o primeiro e o mais indispensável requisito para a produção de riqueza»⁷⁰.

Daí a usitada recorrência das prevenções alarmantes quanto ao «negro comboio de desgraças inevitavelmente ocasionado pela insegurança da propriedade»⁷¹, as quais, nou-

⁷⁰ «Security of property is the first and most indispensable requisite to the production of wealth.», John Ramsay McCULLOCH, *The Principles of Political Economy*, II, II, I; Edinburgh — London, William and Charles Tait — Longman and Co., 1825, p. 74.

⁷¹ «black train of distresses inevitably occasioned by the insecurity of property», Thomas Robert MALTHUS, *An Essay on the Principle of Population* (1798, 1872⁷), III, II; ed. Thomas Henry Hollingsworth, London, J. M. Dent & Sons Ltd, 1973², vol. II, p. 18.

Ecoam decerto por estas linhas uns harmónicos da concepção hobbesiana.

A instituição da «comunidade» (*Common-Wealth*), com o seu aparelho de «leis civis» (*Civill Lawes*), permite pôr fim à «incerteza» (*Uncertainty*) quanto à propriedade, e à «guerra perpétua de cada homem contra o seu vizinho» (*perpetuall warre of every man against his neighbour*) nas disputas por ela. Cf. Thomas HOBBS, *Leviathan, or The Matter, Forme, & Power of a Common-Wealth Ecclesiasticall and Civill* (1651), II, 18, e II, 24; ed. Crawford Brough MacPherson, Harmondsworth, Penguin Books, 1980¹⁰, respectivamente, pp. 234 e 295-296.

Sintomática, porém, é a ansiedade malthusiana por convencer os auditórios de que «o princípio da propriedade privada, que pode justamente presumir-se que prevalecerá sempre na sociedade» (*the principle of private property, which may be fairly presumed will always prevail in society*), constitui um alicerce inabalável: «A estrutura da sociedade, nos seus grandes traços, permanecerá provavelmente sempre inalterada. Temos todas as razões para acreditar» (insondáveis mistérios da fê) «que ela consistirá sempre numa classe de proprietários e numa classe de trabalhadores» — «The structure of society, in its great features, will probably always remain unchanged. We have every reason to believe that it will always consist of a class of proprietors and a class of labourers». Cf. MALTHUS, *An Essay on*

tras conjunturas, e invocando a História como mestra, vão de braço dado com uma exuberância de ditirambos eufóricos acerca das comprovadas guedelhas a retirar da sua indisputada consagração:

«o florescimento das manufacturas e do comércio só foi alcançado em países cuja Constituição política (chamasse-se ela República democrática ou aristocrática, ou Monarquia limitada) garantia aos cidadãos [leia-se: aos burgueses, *Bürger*] um alto grau de liberdade pessoal e de segurança da propriedade [...]»⁷².

A postura deslumbrada de Sismondi será elucidativa dos sentimentos profundos que lhe animam o recôndito coração, mas estatela-nos o «recalcado», quando invoca as bem-aventuranças da primordial «usurpação» apropriadora. Atentemos

the Principle of Population, III, X, e IV, XIV; ed. cit., vol. II, respectivamente, pp. 91-92 e 262.

As perplexidades sismondistas — em que o escrúpulo moralizante face à «injustiça» do praticado não consegue debelar as falhas da «imaginação» — acabam por aportar a um cais de destino semelhante: «A distribuição dos frutos do trabalho entre aqueles que concorrem para os produzir parece-me viciosa; mas afigura-se-me quase acima das forças humanas conceber um estado de propriedade absolutamente diferente daquele que a experiência nos faz conhecer.» — «La distribution des fruits du travail entre ceux qui concourent à les produire, me paraît vicieuse; mais il me semble presque au-dessus des forces humaines de concevoir un état de propriété différent de celui que nous fait connaître l'expérience.», SISMONDI, *Nouveaux Principes d'Économie Politique* (1827²), VII, IX; ed. cit., t. II, p. 364.

⁷² «Die Blüte der Manufakturen und des Handels, nur in Ländern erreicht worden ist, deren politische Verfassung, ob sie demokratische oder aristokratische Republik oder beschränkte Monarchie hieß, den Bürgern einen hohen Grad von persönlicher Freiheit und von Sicherheit des Eigentums [...] verbürgte.», LIST, *Das nationale System der politischen Oekonomie* (1841), III, 28; ed. cit., p. 441.

na gracilidade com que ensaia virar o bico a um prego saído da caixa das ferramentas de ROUSSEAU:

Aquele que, depois de ter cercado um campo, foi o primeiro a dizer: *isto é meu*, chamou à existência aquele mesmo que não tem nenhum campo dele, e que não poderia viver, se o campo do primeiro não fornecesse um excedente [*surplus*] de produto. É uma usurpação feliz, e a sociedade, para vantagem de todos, faz bem em garanti-la ⁷³.

Abolição e benzedura ficam dadas. Para alívio dos pesos da (má) consciência, e refrigerada tranquilização dos possidentes. Foram reabertos ao tráfego (e à traficância), num último suspiro redentor, as vias ajardinadas do paraíso. A nova é boa.

Entretanto, pode sem dúvida considerar-se como emblema deste «espírito reitor» que pontificalmente preside a todas estas cerimónias — que, na sua variedade, retratam as abordagens dominantes — aquela maneira desenvolta que Jean-Baptiste SAY encontra para, de uma penada, despachar com rapidez o assunto:

Quanto à Economia política, ela não considera a propriedade senão como o mais poderoso dos encorajamentos à multiplicação das riquezas. Ela ocupar-se-á pouco de aquilo que a funda e a garante, desde que ela seja assegurada ⁷⁴.

⁷³ «Celui qui, après avoir enclos un champ, a dit le premier, *ceci est à moi*, a appelé à l'existence celui même qui n'a point de champ à lui, et qui ne pourrait pas vivre si le champ du premier ne fournissait un surplus de produit. C'est une heureuse usurpation, et la société, pour l'avantage de tous, fait bien de la garantir.», SISMONDI, *Nouveaux Principes d'Économie Politique* (1827²), III, II; ed. cit., t. I, pp. 158-159.

⁷⁴ «Quant à l'économie politique, elle ne considère la propriété que comme le plus puissant des encouragemens à la multiplication des richesses. Elle s'occupera peu de ce qui la fonde et la garantit, pourvu qu'elle soit assurée.», Jean-Baptiste SAY, *Traité d'Économie Politique, ou simple exposition de la manière dont se forment, se distribuent et se consomment les*

Devidamente certificados de que o essencial está posto a salvo, pode a carga dos «pormenores» ser alijada do barco pela borda fora.

Como, poucos parágrafos adiante, um embevecido SAY esclarece, a «questão» é, na realidade, inquestionável, dada a universal benemerência óbvia do instituto:

O próprio pobre, aquele que nada possui, não está menos interessado do que o rico no respeito dos direitos da propriedade. Ele não pode tirar partido das suas faculdades senão com a ajuda das acumulações que foram feitas, e protegidas; tudo aquilo que se oponha a estas acumulações, ou as dissipe, é essencialmente nocivo aos seus [do pobre] meios de ganhar [a vida]; e a miséria, o deperecimento das classes indigentes, segue sempre a pilhagem e a ruína das classes ricas ⁷⁵.

O desabafo engelsiano tem, na ocasião, outro destinatário directo — «a teoria da população de MALTHUS, o sistema mais áspero, mais bárbaro, que alguma vez existiu» (*die Malthus'sche Bevölkerungstheorie, das rauhste barbarischste System, das je existirte*) —, mas abrange, com fundamentadas razões (não apenas de ordem «ética»), um leque bastante mais vasto de candidatos ao justificado enfio pronto da carapuça:

A nova Economia, o sistema da liberdade de comércio fundado na *Wealth of Nations* de Adam Smith, dá provas da mesma

richesses (1803, 1841⁶), I, XIV; ed. Horace Say, reimpr. Osnabrück, Otto Zeller, 1966, p. 133.

⁷⁵ «Le pauvre lui-même, celui qui ne possède rien, n'est pas moins intéressé que le riche au respect des droits de la propriété. Il ne peut tirer parti de ses facultés qu'à l'aide des accumulations qui ont été faites et protégées; tout ce qui s'oppose à ces accumulations, ou les dissipe, nuit essentiellement à ses moyens de gagner; et la misère, le déperissement des classes indigentes, suit toujours le pillage et la ruine des classes riches.», SAY, *Traité d'Économie Politique*, I, XIV; ed. cit., p. 137.

hipocrisia, inconsequência, e imoralidade, que agora, em todos os domínios está defronte da humanidade livre⁷⁶.

Decididamente, o fulcro principal da crítica não reside no tartufismo ostensivo. Mas ela assenta, dispensando a calçadeira, no pé de todos aqueles comportamentos (do presente, do passado, e do por vir) que gostam de endomingar numa poética promoção de axiológicos Valores o prosaico embolso económico do mais-valor.

§ 8. Mal-estar e contestações

Por 1844, estes silenciamentos subtis e mascarados disfarces eram precisamente um ponto nodal nas ocupações de Marx e de Engels, empenhados como estavam numa busca de inteligibilidade para o funcionamento real da economia instalada.

Não se tratava apenas da questão da propriedade em abstracto — considerada nos seus rebatimentos «jus-naturalistas», e nas suas constatadas consequências *moralmente* reprováveis —, mas do papel *económico* efectivo que realmente lhe advinha na estrutura e no desenvolvimento do modo capitalista de produção.

O programa das obras era exigente: abrir uma estrada nova por matagais, onde a configuração viária predominante era o carreiro — ainda que transitável, e transitado.

⁷⁶ «Die neue Oekonomie, das auf Adam Smith's *Wealth of Nations* gegründete System der Handelsfreiheit, erweist sich als dieselbe Heuchelei, Inkonsequenz und Unsittlichkeit, die jetzt auf allen Gebiete der freien Menschheit gegenüber steht.», ENGELS, *Umrisse zu einer Kritik der Nationalökonomie* (1844); MEGA², vol. I/3, p. 471.

Para não remontar mais atrás no tempo, nem fazer apelo a textos que à época não circulavam ⁷⁷, diga-se em abono da

⁷⁷ Seriam de incluir neste capítulo os incitamentos à rebeldia contra a apropriação do trabalho alheio pregados à paróquia pelo abade Jean Meslier, e que não constam dos excertos que Voltaire publicou, abrangendo apenas uma primeira parte das críticas à superstição, e às imposturas, de que os «cristícolos» (*christicoles*) fazem corrente abuso. Cf. VOLTAIRE, *Extrait des sentiments de Jean Meslier, adressés à ses paroissiens sur une partie des abus et des erreurs en général et en particulier* (1762); *Mélanges*, ed. Jacques Van den Heuvel, Paris, Éditions Gallimard/Bibliothèque de la Pléiade, 1961, pp. 455-501.

Com vista a esclarecer os «povos» (*peuples*), a gente que trabalha, acerca da origem da miséria que os agrava, decorrente de uma expropriação que apenas às «nações» (*nations*) — «esses soberbos e ricos preguiçosos» (*ces superbes et riches faineans*), «esses frades e eclesiásticos inúteis» (*ces moines et ecclésiastiques inutiles*), «essas arrogantes e orgulhosas nobrezas» (*ces fieres et orgueilleuses noblesses*) — aproveita, o desassombrado abade fulmina:

«O suco abundante que alimenta todas essas soberbas e orgulhosas nações, de que acabo de falar, são as grandes riquezas, e os grossos rendimentos que eles tiram todos os dias do trabalho penoso, ou dos trabalhos penosos, das vossas mãos. Pois não é senão de vós, e não é senão pela vossa indústria, e pelos vossos trabalhos penosos, que vem a abundância de todos os bens, e de todas as riquezas da terra. É este suco abundante que eles tiram das vossas mãos que os mantém, que os alimenta, que os engorda, e que os torna tão fortes, tão poderosos, tão orgulhosos, tão arrogantes e tão soberbos quanto são. Mas quereis vós, povos, quereis vós fazer secar inteiramente todas as raízes dessas soberbas e orgulhosas nações? Privai-as apenas desse suco abundante que eles tiram pelas vossas mãos das vossas penas e dos vossos trabalhos. Retende vós próprios, pelas vossas mãos, todas essas riquezas [...]. Vós não tendes precisão nenhuma dessas gentes, vós passareis facilmente sem elas, mas elas não poderiam de modo nenhum passar sem vós.» — «Le suc abondant qui nourrit toutes ces superbes et orgueilleuses nations dont je viens de parler, sont les grandes richesses, et les gros revenus qu'ils tirent tous les jours du pénible travail, ou des pénibles travaux de vos mains. Car ce n'est que de vous, et ce n'est que

empalidecente verdade que, no século XVIII, a praça não estava em exclusivo abastecida pelos «sentimentos morais» proprietários, a cuja idealização Adam Smith afanosamente se entregou ⁷⁸.

par votre industrie, et par vos penibles travaux, que vient l'abondance de tous les biens, et de toutes les richesses de la terre. C'est ce suc abondant, qu'ils tirent de vos mains, qui les entretient, qui les engraisse, et qui les rend si forts, si puissants, si orgueilleux, si fiers et si superbes qu'ils sont. Mais voulez vous, peuples, voulez vous faire entierement seicher toutes les racines de ces superbes et orgueilleuses nations là? Privez les seulement de ce suc abondant, qu'ils tirent par vos mains de vos peines et de vos travaux. Retenez vous mêmes, par vos mains, toutes ces richesses [...]. Vous n'avez aucun besoin de ces gens là, vous vous passerez facilement d'eux, mais eux ne sçauroient nullement se passer de vous.», Jean MESLIER, *Mémoire des pensées et sentiments de Jean Meslier* (1718-1729), Conclusion; *Oeuvres Complètes*, ed. Roland Desné, Paris, Éditions Anthropos, 1972, t. III, pp. 152-154.

⁷⁸ «O produto do solo mantém, em todos os tempos, aproximadamente aquele número de habitantes que é capaz de manter. Os ricos apenas seleccionam da pilha [*heap*] aquilo que é mais precioso e agradável. Consomem pouco mais do que o pobre, e, apesar do seu natural egoísmo e rapacidade, ainda que tenham em vista a sua conveniência própria, ainda que o único fim que se propõem [tirar] dos trabalhos de todos os milhares que eles empregam seja a gratificação dos seus próprios desejos vãos e insaciáveis, eles dividem com o pobre o produto de todos os seus melhoramentos. Eles são conduzidos por uma mão invisível a fazer aproximadamente a mesma distribuição das coisas necessárias para a vida que teria sido feita se a terra tivesse sido dividida em porções iguais entre todos os seus habitantes, e, assim, sem terem a intenção disso, sem o saberem, eles promovem o interesse da sociedade, e proporcionam os meios para a multiplicação da espécie.» — «The produce of the soil maintains at all times nearly that number of inhabitants which it is capable of maintaining. The rich only select from the heap what is most precious and agreeable. They consume little more than the poor, and in spite of their natural selfishness and rapacity, though they mean only their own convenience, though the sole end which they propose from the labours of the thousands

Cesare BECCARIA — para pasmo de alguns vindouros, menos dados ao cuidado de uma leitura reflectida — não esconde a perturbante reticência: o direito de propriedade, objecto de tantas devoções e incensamentos, constitui um «direito terrível, e talvez não necessário» (*terribile, e forse non necessario diritto*)⁷⁹.

E, decénios antes de, em Inglaterra, um pastor inconformista que perdera a fé (William GODWIN) ter desancado «os males que brotam da administração estabelecida da propriedade» (*the evils that arise out of the established administration of*

whom they employ, be the gratification of their vain and insatiable desires, they divide with the poor the produce of their improvements. They are led by an invisible hand to make nearly the same distribution of the necessities of life, which would have been made, had the earth been divided into equal portions among all its inhabitants, and thus without intending it, without knowing it, advance the interest of the society, and afford means to the multiplication of the species.», SMITH, *The Theory of Moral Sentiments* (1759, 1790⁶), IV, 1, 10; ed. David Daiches Raphael e Alec Lawrence Macfie, reimpr Indianapolis, Liberty Fund, 1984, pp. 184-185.

⁷⁹ Referindo-se ao fenómeno dos «roubos» (*furti*), confessa o ilustrado milanês que «de ordinário não é senão o delito da miséria e do desespero, o delito daquela infeliz parte de homens a quem o direito de propriedade (terrível, e talvez não necessário, direito) não deixou senão uma existência nua» — «non è per l'ordinario che il delitto della miseria e della disperazione, il delitto di quella infelice parte di uomini a cui il diritto di proprietà (terribile, e forse non necessario diritto) non ha lasciato che una nuda esistenza», Cesare BECCARIA, *Dei delitti e delle pene* (1764, 1766⁵), § 22; ed. Alberto Burgio, Milano Giangiacomo Feltrinelli Editore, 1991, p. 71.

A título de simples curiosidade, sem conexão aparente com este passo de Beccaria, refira-se que Engels se servirá de uma imagem metafórica análoga: «aos pobres, mal resta a vida nua» — «den Armen, kaum das nackte Leben bleibt», ENGELS, *Die Lage der arbeitende Klasse in England* (1845), Die großen Städte; MEW, vol. 2, p. 257.

property)»⁸⁰, já, em França, tanto um autor de que apenas se conhece o nome e as obras (MORELly)⁸¹, como um laureado

⁸⁰ Cf. William GODWIN, *Enquiry concerning Political Justice and its Influence on Modern Morals and Happiness* (1793, 1798³); ed. Isaac Kremnik, Harmondsworth, Penguin Books, 1985, p. 725.

⁸¹ No quadro de um necessário restabelecimento das leis originárias da Natureza — que a ignorância, crueldades, e desvairadas imposturas fanáticas, entretanto, foram cuidando de desrespeitar —, «está quase matematicamente demonstrado que toda a partilha, igual ou desigual, de bens, que toda a *propriété* particular dessas porções, são em toda a sociedade, aquilo a que Horácio chama a matéria do mal supremo [*summi materiam mali*].» — «il est presque mathématiquement démontré que tout partage, égal ou inégal, des biens, toute *propriété* particulière de ces portions, sont, dans toute société, ce qu'Horace appelle *summi materiam mali*.», MORELly, *Code de la Nature, ou le véritable esprit de ses lois, de tout temps négligé ou méconnu* (1755), II; ed. Albert Soboul, Paris, Éditions Sociales, 1970, p. 72.

No mesmo sentido caminham as dúvidas levantadas pelo abade de Mably acerca daquela «ordem natural» proprietária, à qual os «filósofos economistas» entoavam cânticos de louvor:

«Como eu temo que a vossa Ordem natural não seja contra natura! Desde que vejo a propriedade fundiária estabelecida, vejo fortunas desiguais [...], todos os vícios da riqueza, todos os vícios da pobreza [...]. Cidadãos, ufanos das suas riquezas, desdenharam olhar como seus iguais homens condenados ao trabalho para viver; vedes imediatamente nascer Governos injustos e tirânicos, Leis parciais e opressivas, e, para tudo dizer numa palavra, essa multidão de calamidades sob a qual os povos gemem. Eis o quadro que a História de todas as Nações apresenta; desafio-vos a remontar até à fonte primeira desta desordem, e a não a encontrar na propriedade fundiária.» — «Que je crains que votre Ordre naturel ne soit contre nature! Dès que je vois la propriété foncière établie, je vois des fortunes inégales [...], tous les vices de la richesse, tous les vices de la pauvreté [...]. Des Citoyens, fiers de leurs richesses, ont dédaigné de regarder comme leurs égaux, des hommes condamnés au travail pour vivre; sur le champ vous voyez naître des Gouvernements injustes & tyranniques, des Loix partiales & oppressives, &, pour tout dire en un mot, cette foule de calamités, sous laquelle les peuples gémissent. Voilà le

em concursos de Academia de província (Jean-Jacques ROUSSEAU)⁸², se haviam encarregado de desmascarar a raiz daquele cortejo de misérias que, impune, pelo quotidiano se passeava em espectáculo.

É, aliás, no expressivo intento de combater os efeitos deletérios do alastramento de visões desta índole nefasta — em franca ascensão, quanto ao número de recrutas e à diversidade dos matizes evidenciados, mesmo entre as camadas «esclarecidas» — que McCULLOCH engenhosa e refalsadamente entende contrapôr, numa declamatória pirueta destinada a

tableau que présente l'Histoire de toutes les Nations; je vous défie de remonter jusqu'à la première source de ce désordre, & de ne pas la trouver dans la propriété foncière.», Gabriel Bonnot de MABLY, *Doutes proposés aux philosophes économistes, sur l'ordre naturel et essentiel des sociétés politiques*, I; La Haye (Paris), Nyon — Veuve Durand, 1768, pp. 12 e 13.

⁸² «O primeiro que, tendo cercado um terreno, se atreveu a dizer: *isto é meu*, e encontrou gente suficientemente simples para acreditar nele, foi o verdadeiro fundador da sociedade civil. Quantos crimes, quantas guerras, quantos assassinios, quantas misérias e quantos horrores, não teria poupado ao género humano aquele que, arrancando as estacas ou entulhando o fosso, tivesse gritado aos seus semelhantes: Guardai-vos de dar ouvidos a este impostor; estais perdidos, se esquecerdes que os frutos são de todos, e que a Terra não é de ninguém.» — «Le premier qui ayant enclos un terrain s'avisa de dire, *ceci est à moi*, et trouva des gens assés simples pour le croire, fut le vrai fondateur de la société civile. Que de crimes, de guerres, de meurtres, que de misères et d'horreurs, n'eût point épargnés au Genre-humain celui qui arrachant les pieux ou comblant le fossé, eût crié à ses semblables. Gardez-vous d'écouter cet imposteur; Vous êtes perdus, si vous oubliez que les fruits sont à tous, et que la Terre n'est à personne.», Jean-Jacques ROUSSEAU, *Discours sur l'origine et les fondemens de l'inégalité parmi les hommes* (1755), II; *Oeuvres Complètes*, ed. Bernard Gagnebin e Marcel Raymond, Paris, Éditions Gallimard/Bibliothèque de la Pléiade, 1964, vol. III, p. 164.

arrancar o aplauso deleitado dos fiéis: «O direito de propriedade não fez a *pobreza*, mas fez a *riqueza*»⁸³.

A agudização teórica dos debates acompanhava, entretanto, o encarniçamento material das contradições, que — na diferença embora dos estádios do desenvolvimento económico das sociedades — pelas frágeis costuras da realidade iam reben-tando com um indisfarçável fragor acrescido.

A constatação das desigualdades gritantes ao redor estimulava o inquérito pelas suas causas. E ele não deixou de ser prosseguido.

Inclino-me a pensar que provavelmente tendo colhido inspiração, de entre outras bicas, nuns exercícios de «aritmética política» a que VOLTAIRE com ironia se entregara⁸⁴, os elemen-

⁸³ «The right of property has not made *poverty*, but it has made *wealth*.», McCULLOCH, *The Principles of Political Economy* (1825), II, I; ed. cit., p. 83.

⁸⁴ Situação preambular, sem esforço de maior sufragável pelos observadores, e que à partida põe na mesa o problema:

«Há financeiros, empreendedores, negociantes muito ricos; os filhos deles, os genros deles, são muito ricos; em geral, a nação não o é.» — «Il y a des financiers, des entrepreneurs, des négociants très riches; leurs enfants, leurs gendres, sont très riches; en général la nation ne l'est pas.»

Operação que uma aritmética política recomenda: repartir o rendimento nacional bruto da França pelo número dos seus habitantes. Obtem-se um quociente que causa espanto ao interlocutor:

«O quê! Se cada um tivesse uma porção igual, como na idade de ouro, cada um não teria senão cinco luises de ouro por ano?» — «Quoi! Si chacun avait une portion égale comme dans l'âge d'or, chacun n'aurait que cinq louis d'or par an?».

Perplexidade do «homem com quarenta escudos» — aquele que está exactamente na média — ante a modéstia das perspectivas que o cálculo singelamente efectuado lhe oferece:

«É verdade que eu não tenha senão vinte e três anos para viver», prospecto que em baixa virá a ser corrigido, «a menos que roube a

tos habitantes para uma leitura crítica dos excessos da propriedade exclusiva como sendo afinal o simples resultado de um roubo estavam disponíveis já em Jacques-Pierre BRISSOT DE WARVILLE, num seu obscuro tratado de 1780⁸⁵.

parte dos meus camaradas?» — «Est-il vrai que je n'aie que vingt-tois ans à vivre, à moins que je ne vole la part de mes camarades?».

Cf. VOLTAIRE, *L'homme aux quarante écus* (1768); *Romans et Contes*, ed. René Groos, Paris, Éditions Gallimard/Bibliothèque de la Pléiade, 1954, pp. 303 e 309.

O rastilho para uma compreensão da propriedade acumulada como «roubo» foi acendido.

⁸⁵ «Há, por exemplo, entre nós, financeiros, enriquecidos pela pilhagem do Estado, que possuem fortunas imensas. Há também cidadãos que em propriedade não têm um tostão [*sou*]. Estes últimos têm, contudo, precisões [*besoins*], e os outros não as têm seguramente de um modo proporcional às riquezas deles. Consequentemente, [um] duplo abuso. A medida das nossas precisões deve ser a da nossa fortuna; e se quarenta escudos são suficientes para conservar a nossa existência, possuir 200 mil escudos é um roubo evidente, uma injustiça revoltante.» — «Il est, par exemple, parmi nous, des financiers enrichis par le pillage de l'état, qui possèdent des fortunes immenses. Il est aussi des citoyens qui n'ont pas un sou en propriété. Ces derniers ont pourtant des besoins, & les autres n'en ont sûrement pas proportionnellement à leurs richesses. Double abus conséquemment. La mesure de nos besoins doit être celle de notre fortune; & si quarante écus sont suffisants pour conserver notre existence, posséder 200 mille écus, est un vol évident, une injustice révoltante.», Jacques-Pierre BRISSOT DE WARVILLE, *Recherches philosophiques sur le droit de propriété considéré dans la Nature* (1780), II; reprod. Paris, EDHIS/Éditions d'Histoire Sociale, 1966, p. 40.

Mais adiante, a expressão da mesma ideia volta a aparecer:

«Se o homem, mesmo na sociedade, continua a conservar o privilégio inapagável da propriedade que a Natureza lhe deu, nada lho pode portanto tirar, nada pode impedi-lo de o exercer. Se os outros membros dessa sociedade concentram só neles a propriedade de todos os fundos de terra; se, nessa expoliação, aqueles que dela estão privados, forçados a recorrer ao trabalho, não podem, por meio dele, alcançar

Todavia, será somente por 1840 que o renovado estrondo rebenta. Com a sonora deflagração da proudhoniana sentença: «A propriedade, é o roubo!» (*La propriété, c'est le vol!*)⁸⁶.

para si a sua inteira subsistência; então, eles são senhores de exigir dos outros proprietários o que haja de preencher essas precisões. Eles têm direito sobre as riquezas deles. Eles são senhores de dispôr delas na proporção das suas precisões. A força que se oponha a isso é violência. Não é o infeliz esfomeado que merece ser punido; é o rico, suficientemente bárbaro para se recusar [a satisfazer] a precisão do seu semelhante, que é digno do suplício. Este rico é o único ladrão» — «Si l'homme, dans la société même, conserve toujours le privilege ineffaçable de la propriété que la nature lui a donné, rien ne peut donc le lui ôter, rien ne peut l'empêcher de l'exercer. Si les autres membres de cette société concentrent dans eux seuls la propriété de tous les fonds de terre; si dans cette spoliation ceux qui en sont privés, forcés de recourir au travail, ne peuvent pas par son moyen se procurer leur entiere subsistance; alors ils sont les maîtres d'exiger des autres propriétaires de quoi remplir ces besoins. Ils ont droit sur leurs richesses. Ils sont les maîtres d'en disposer en proportion de leurs besoins. La force qui s'y oppose est violence. Ce n'est pas le malheureux affamé qui mérite d'être puni; c'est le riche assez barbare pour se refuser au besoin de son semblable, qui est digne du supplice. Ce riche est le seul voleur», BRISOT DE WARVILLE, *Recherches philosophiques sur le droit de propriété*, V; ed. cit., pp. 108-109.

⁸⁶ Pierre-Joseph PROUDHON, *Qu'est-ce que la Propriété? ou Recherches sur le Principe du Droit et du Gouvernement. Premier Mémoire* (1840), I; ed. Emile James, Paris, Garnier — Flammarion, 1966, p. 57.

Fazendo apelo àquele acervo de «verdades» que todos os homens encontram impressas «na alma deles» (*sur leur âme*), Proudhon cuida de explicitar: «*propriedade e roubo* são termos sinónimos; [...] toda a preeminência social concedida, ou melhor dizendo: usurpada, a pretexto de superioridade de talento e de serviço, é iniquidade e assalto à mão armada [*brigandage*]» — «*propriété et vol* sont termes synonymes; [...] toute prééminence sociale, accordée ou pour mieux dire usurpée sous prétexte de supériorité de talent et de service, est iniquité et brigandage» (*ibid.*, p. 60).

Mais tarde, Proudhon recusará, com uma veemência cuja sinceridade é credível, as acusações de plágio que os adversários do socialismo lhe haviam

O embrulho trazia no laçarote, em chamariz, «uma fórmula hegeliana» (*une formule hégélienne*) — tocada de ouvido, suspeita-se, e infligindo maus-tratos à partitura, a avaliar pelo modo como manuseia a tríade: «tese», «antítese» e «síntese»⁸⁷. Continha empacotada uma nítida desautorização do «comunitarismo» *comunista*⁸⁸. E aterrava como prospecto resolutivo num encômio da «anarquia, [enquanto] ausência de amo, de soberano» (*anarchie, absence de maître, de souverain*)⁸⁹.

Não obstante, nuns primeiros assomos de entusiasmo, a genuinidade tempestiva deste grito foi saudada com acenos de simpatia pelo jovem Engels (num artigo para *The New Moral World*, de Londres)⁹⁰, e encontrou caloroso eco entre

dirigido, admitindo alguma antecipação do tema por parte de Brissot, mas demarcando-se de qualquer preconizado regresso à «propriedade natural», o qual apenas serviria «para consolidar, sob as aparências de equidade, o despotismo e a servidão» (*à consolider, sous des apparences d'équité, le despotisme et la servitude*). Cf. PROUDHON, *Théorie de la Propriété* (1862), VIII; *Oeuvres Posthumes*, Paris-Bruxelles, Librairie Internationale — A. Lacroix, Verboeckhoven & C^e Éditeurs, 1866², vol. I, pp. 211-212.

Há indícios de que Marx, centrando embora a sua crítica em aspectos de maior substância, estava a par desta polémica. Vejam-se, designadamente, os termos da referência feita ao tópico, numa carta de 1865, a Johann Baptist von Schweizer, publicada em *Der Social-Demokrat* de Berlim: MARX, *Über P.-J. Proudhon* (1865); MEW, vol. 16, p. 27.

⁸⁷ Cf., por exemplo, PROUDHON, *Qu'est-ce que la Propriété?*, V, II, § 1; ed. cit., p. 285.

⁸⁸ «A propriedade é a exploração do fraco pelo forte; a comunidade é a exploração do forte pelo fraco.» — «La propriété est l'exploitation du faible par le fort; la communauté est l'exploitation du fort par le faible.» PROUDHON, *Qu'est-ce que la Propriété?*, V, II, § 2; ed. cit., p. 287.

⁸⁹ PROUDHON, *Qu'est-ce que la Propriété?*, V, II, § 2; ed. cit., p. 300.

⁹⁰ Na sequência de uma menção sucinta a Pierre Leroux, George Sand, e Félicité de Lamennais — como exemplo de «espíritos eminentes» (*éminent minds*) que, em França, professavam doutrinas comunistas —, a notícia prossegue:

«Todavia, o escritor mais importante nesta linha é Proudhon, um jovem, que publicou, há dois ou três anos, a sua obra *Que é a Propriedade?*

representantes alemães de um socialismo de extracção operária, afectado ainda, no entanto, por «cristianizadas» inquietações de endireitamento moral⁹¹.

(“Qu’est-ce que la Propriété?”), onde deu a resposta: “La propriété c’est le vol”, Propriedade é roubo. Esta é a obra mais filosófica, da parte dos Comunistas, em língua francesa; e, se eu desejo ver traduzido em língua inglesa algum livro francês, é este. O direito de propriedade privada, as consequências desta instituição: concorrência, imoralidade, miséria, são aqui desenvolvidos com um poder de intelecto, e com uma real investigação científica, que, desde então, não encontrei unidos num volume só. Além disto, ele faz observações muito importantes acerca do governo, e, depois de ter provado que qualquer espécie de governo é igualmente objectável — seja ele democracia, aristocracia, ou monarquia —, que todos eles governam pela força, e que, no melhor de todos os casos possíveis, a força da maioria oprime a fraqueza da minoria, chega por fim à conclusão: “Nous voulons l’anarchie!”, aquilo que nós queremos é a anarquia; a dominação de ninguém, a responsabilidade de cada um para com ninguém, a não ser ele próprio.» — «The most important writer, however, in this line is Proudhon, a young man, who published two or three years ago, his work, *What is Property?* (“Qu’est-ce que la Propriété?”) where he gave the answer: “La propriété c’est le vol”, Property is robbery. This is the most philosophical work, on the part of the Communists, in the French language; and, if I wish to see any French book translated into the English language, it is this. The right of private property, the consequences of this institution, competition, immorality, misery, are here developed with a power of intellect, and real scientific research, which I never since found united in a single volume. Besides this, he gives very important remarks on government, and having proved, that every kind of government is alike objectionable, no matter whether it be democracy, aristocracy, or monarchy, that all govern by force; and that, in the best of all possible cases, the force of the majority oppresses the weakness of the minority, he comes, at last, to the conclusion: “Nous voulons l’anarchie!” What we want is anarchy; the rule of nobody, the responsibility of every one to nobody but himself.», ENGELS, *Progress of the Social Reform on the Continent* (1843), I; MEGA², vol. I/3, pp. 503-504.

⁹¹ «Hoje, onde há milhões que não têm propriedade nenhuma, a posse da propriedade tornou-se uma injustiça cometida contra a sociedade, um

Estamos perante etapas onde, a um tempo, se reflectiam o desenvolvimento em curso das realidades económicas e as dificuldades de, nos termos de uma fundamentada teoria, delas conseguir dar *críticamente* conta. Mergulhados neste caldeirão efervescente de desafios, Engels e Marx debatem-se com um rijo problema: a busca de *consistência* nas orientações (para o pensamento, e para a actuação).

Por 1877, encontrado e prosseguido o caminho de uma compreensão materialista do acontecer histórico, e descoberto, com a «mais-valia», o secreto eixo propulsor dos maquinismos do capital, Engels está em condições de, em retrospectiva, vir a esclarecer:

O socialismo até aqui criticava decerto o modo capitalista de produção subsistente e as suas consequências, mas não o podia explicar, e portanto também não [podia] acabar com ele; podia simplesmente rejeitá-lo como mau ⁹².

§ 9. A forma capitalista da propriedade

Em 1844, Engels e Marx, por vias sobreponíveis (apesar de distintas), estão já ambos conscientes de que o aprofunda-

imperdoável roubo vergonhoso. [...]. A propriedade é a causa de todo o mal! Livrai-nos, Senhor, do mal.» — «Heute, wo es Millionen gibt, die gar kein Eigentum haben, ist der Besitz des Eigentums ein gegen die Gesellschaft verübtes Unrecht geworden, ein unverzeihlicher, schändlicher Diebstahl. [...]. Das Eigentum ist die Ursache alles Übels! Erlöse uns, Herr, von dem Übel.», Wilhelm WEITLING, *Garantien der Harmonie und Freiheit* (1842), I, 3; ed. Ahlrich Meyer, Stuttgart, Philipp Reclam jun., 1974, pp. 23 e 25.

⁹² «Der bisherige Sozialismus kritisierte zwar die bestehende kapitalistische Produktionsweise und ihre Folgen, konnte sie aber nicht erklären, also auch nicht ihr fertig werden; er konnte sie nur einfach als schlecht verwerfen.», ENGELS, *Herrn Eugen Dühring's Umwälzung der Wissenschaft. Philosophie. Politische Ökonomie. Sozialismus* [Anti-Dühring] (1878), Einleitung, I; MEGA², vol. I/27, pp. 236-237.

mento de um debate das questões políticas requer uma prévia inteligência da respectiva sustentação nas relações que, no terreno social da economia, originariamente se estabelecem. Mas eles encontram-se ainda nos primeiros passos do arranque para uma nova marcha.

No entanto, aquilo que sobremaneira me parece relevante, naquelas posições que então tratam de ir esboçando, é a circunstância de eles se não limitarem simplesmente a engrossar o cortejo dos vitupérios lançados contra a torpeza da «propriedade». O ponto de vista em que se colocam e o lugar de onde pensam — separadamente, primeiro, e, logo depois, nos seus trabalhos conjuntos — é, de entrada, diferente.

A *questionação* apresenta outro foco de incidência, e adopta nos percursos outra linha condutora. Dirige-se de pronto àquele *inquestionado* que precisamente subjaz aos bordos, e às bordaduras, a que nos seus labores a Economia política burguesa se dedica. Visa, portanto, a *propriedade*. Só que colhida, não como tema de festiva celebração (ou objecto de repudiado escândalo), mas na determinada *forma* capitalista que lhe comanda o desenho dos movimentos.

Vêmo-lo exposto — logo nas primeiras anotações de Marx à leitura de Say, e de outros economistas⁹³ —, através do relevo

⁹³ Lembremos, na íntegra, o posicionamento de Say a que as alusões se reportam:

«A propriedade é uma possessão reconhecida. A economia política supõe a existência dela como uma coisa de facto, e só acidentalmente dela considera o fundamento e as consequências. Com efeito, só se pode investigar a maneira como se formam, se distribuem, e se consomem, as *riquezas*, quando pode haver riquezas, e não pode haver riquezas criadas, distribuídas, e consumidas, sem propriedade.» — «La propriété est une possession reconnue. L'économie politique en suppose l'existence comme une chose de fait, et n'en considère qu'accidentellement le fondement et les conséquences. En effet, on ne peut

que é conferido à necessária (mas omitida) pergunta pela «propriedade privada» (a cujas condições, entretanto, não atendem).

rechercher la manière dont se forment, se distribuent et se consomment les richesses, que lorsqu'il peut y avoir des richesses, et il ne peut y avoir de richesses créées, distribuées et consommées, sans propriété.», SAY, *Traité d'Économie Politique* (1841⁶), Épitome des Principes Fondamentaux de l'Économie Politique, Propriété; ed. cit., pp. 597-598.

Marx comenta, numa coluna que acompanha excertos desta passagem:

«*Propriedade privada* é um *factum*, cuja fundamentação não interessa à Economia Nacional, mas que forma a base dela. Não há nenhuma *riquezas* sem propriedade privada, e, pela sua essência, a Economia Nacional é a *ciência do enriquecimento*. Não há portanto nenhuma Economia política sem a propriedade privada. Toda a Economia Nacional repousa portanto sobre um *factum* sem necessidade.» — «*Privateigenthum* ist ein factum, dessen Begründung die Nationalökonomie nichts angeht, welches aber ihre Grundlage bildet. Es giebt keine *Reichthümer* ohne Privateigenthum und die Nationalökonomie ist ihrem Wesen nach die *Bereicherungswissenschaft*. Es giebt also keine politische Oekonomie ohne das Privateigenthum. Die ganze Nationalökonomie beruht also auf einem factum ohne Nothwendigkeit.», MARX, *Exzerpte aus Jean-Baptiste Say: Traité d'économie politique* (1844); MEGA², vol. IV/2, pp. 316 e 319.

E em dois outros comentários a obras diferentes, este mesmo enfoque persiste:

«A Economia Nacional — tal como o movimento [efectivamente] real — parte da *relação do ser humano com o ser humano*, enquanto a [relação] do *proprietário privado com o proprietário privado*.» — «Die Nationalökonomie — wie die wirkliche Bewegung — geht aus von dem *Verhältniß des Menschen zum Menschen*, als dem des *Privateigenthümers zum Privateigenthümer*.», MARX, *Exzerpte aus James Mill: Eléments d'économie politique* (1844), MEGA², vol. IV/2, p. 453.

«A infâmia da Economia Nacional consiste em, na pressuposição dos interesses hostilmente separados pela propriedade privada,

Os *Manuscritos de Paris*, de 1844, voltam a trazer este ponto da especificidade da propriedade, no seu figurino capitalista, a um lugar de seminal evidência, na exacta medida em que só ele alicerça a possibilidade da explicação de muitos outros aspectos associados que subsequentemente se fenomenalizam⁹⁴.

Em 1845, esta é também aquela dimensão que, por proporcionar um avanço no conhecimento concreto (indo além das solenes tiradas ao jeito proudhoniano), de entre os contributos carreados pelos *Unrisse*, merece especial destaque⁹⁵.

especular como se os interesses não estivessem separados e [como se] a propriedade [fosse] comunitária.» — «Die Infamie der Nationalökonomie besteht darin, unter der Voraussetzung der durch das Privateigenthum feindlich getrennten Interessen so zu spekuliren als wären die Interessen nicht getrennt und das Eigenthum gemeinschaftlich.», MARX, *Exzerpte aus Guillaume Prevost: Réflexions du traducteur sur le système de Ricardo* (1844); MEGA², vol. IV/2, p. 482.

⁹⁴ «A Economia Nacional parte do *factum* da propriedade privada. Ela não no-lo explica. Ela capta o processo *material* da propriedade privada, o [processo] que ela na realidade [efectiva] percorre, em fórmulas gerais, abstractas, que depois, para ela [para a Economia burguesa], passam a valer como *leis*. Ela não *concebe* estas leis, isto é, não dá a ver como estas leis provêm da essência da propriedade privada [burguesa].» — «Die Nationalökonomie geht vom Factum des Privateigenthums aus. Sie erklärt uns dasselbe nicht. Sie faßt den *materiellen* Prozeß des Privateigenthums, den es in der Wirklichkeit durchmacht, in allgemeine, abstrakte Formeln, die ihr dann als *Gesetze* gelten. Sie *begreift* diese Gesetze nicht, d. h. sie zeigt nicht nach, wie sie aus dem Wesen des Privateigenthums hervorgehn.», MARX, *Ökonomisch-philosophische Manuskripte* (1844), Heft I, Entfremdete Arbeit und Privateigenthum; MEGA², vol. I/2, p. 363.

⁹⁵ Depois de se reiterar que «todos os desenvolvimentos da Economia Nacional têm por pressuposição a *propriedade privada*» — «alle Entwicklungen der Nationalökonomie haben das *Privateigenthum* zur

O objectivo de Marx e de Engels, nestas indagações em início de consolidação, por conseguinte, não releva de todo dos habituais bulários de um pontificado moral que, «iluminado» pela indignação (mas às escuras, quanto aos processos reais) se entreteinha a despejar anátemas generalizados sobre «a Propriedade», entretanto hipostasiada como um ente maligno e sobrepujante.

A tarefa, que reclama estudo, é outra: compreender a função arquitectónica que advém à, e o tear dos maquinismos que engrenam o real funcionamento da, propriedade *burguesa*, na estruturação dinâmica do modo *capitalista* de produzir e de reproduzir o viver das colectividades humanas, com vista a assentar em bases de sólida consistência a luta pela sua transformação.

Por 1847, aquando de uma revisitação das misérias

Voraussetzung» —, e na sequência de, contrariando o veredicto de Edgar Bauer, se reconhecer, «o grande progresso científico» (*der große wissenschaftliche Fortschritt*) que a (por outro lado, criticada) concepção proudhoniana comporta, acrescenta-se, no entanto:

«Proudhon não capta — como, por exemplo, aconteceu nos *Deutsch-Französische Jahrbücher* (veja-se os *Umriss zu einer Kritik der Nationalökonomie* de F. Engels) — as ulteriores configurações da propriedade privada (por exemplo, salário, comércio, valor, preço, dinheiro, etc.), elas próprias, como configurações da propriedade privada» — «Proudhon die weiteren Gestaltungen des Privateigentums, z. B. Arbeitslohn, Handel, Wert, Preis, Geld etc. nicht, wie es z. B. in den “Deutsch-Französischen Jahrbüchern” geschehen ist (siehe die “Umriss zu einer Kritik der Nationalökonomie” von F. Engels), selbst als Gestaltungen des Privateigentums faßt».

Cf. ENGELS — MARX, *Die heilige Familie* (1845), IV, 4, Kritische Randglosse Nr. I; MEW, vol. 2, pp. 32-33.

«filosófico-económicas» de PROUDHON, os contornos do percurso encontram-se já clarificados:

Em cada época histórica, a propriedade desenvolveu-se diferentemente e numa série de relações sociais inteiramente diferentes. Assim, definir a propriedade burguesa não é outra coisa senão fazer a exposição [*l'exposé*] de todas as relações sociais da produção burguesa. Querer dar uma definição da propriedade, como [se se tratasse] de uma relação independente, de uma categoria à parte, de uma ideia abstracta e eterna, não pode ser senão uma ilusão de metafísica ou de jurisprudência ⁹⁶.

Descortinada a rota — que antes mesmo destas discussões fora traçada —, não se torna difícil reconstituir os passos da navegação, na pesquisa e nos combates:

«Para Proudhon, aquilo de que propriamente se tratava», sem que ele ao registo preciso haja ascendido, «era da *propriedade moderno-burguesa* subsistente. À pergunta por o que isso seja, só podia [porém] responder-se através de uma análise crítica da “*Economia política*” que abarcasse o todo daquelas *relações de propriedade*, não na sua expressão *jurídica* como *relações de*

⁹⁶ «A chaque époque historique la propriété s'est développée différemment et dans une série de rapports sociaux entièrement différents. Ainsi définir la propriété bourgeoise n'est autre chose que faire l'exposé de tous les rapports sociaux de la production bourgeoise. Vouloir donner une définition de la propriété, comme d'un rapport indépendant, d'une catégorie à part, d'une idée abstraite et éternelle, cela ne peut être qu'une illusion de métaphysique ou de jurisprudence.», MARX, *Misère de la Philosophie. Réponse à la Philosophie de la Misère de M. Proudhon* (1847), II, § 4; *Oeuvres*, ed. Maximilien Rubel, Paris, Éditions Gallimard/Bibliothèque de la Pléiade, 1965, vol. I, p. 118. (Sigo esta edição, por o texto original francês não estar ainda disponível na MEGA²).

vontade, mas na sua figura real, quer dizer: como relações de produção»⁹⁷.

O *Capital* será *também* uma crítica da «Economia política» (burguesa), mas porque começa por assentar num exame crítico da *economia* do capitalismo.

§ 10. A rematar

Importa rematar estas divagações. Apesar da desmesura no comprimento, não passam de uma nótula, em virtude do descarnado das necessárias mediações, por cujos meandros se não entrou.

Considerando o restrito ângulo de interrogação que para este texto seleccionei, que aconteceu a Engels e a Marx em 1844?

A percepção — a meu ver, nítida — de que, no curso das desmontagens críticas a que vinham procedendo, se impunha uma inescapável viragem para a economia.

Esgravatando o solo em torno das enterradas fundações do modo capitalista de produção. Indo de camada em camada, na procura do desvendamento dos enigmas. Até chegar a pôr a descoberto que o capital, em vez de uma coisa ou de um amontoado de mercadorias, antes é, ao final e no começo das contas, «uma relação de produção da sociedade burguesa» (*ein*

⁹⁷ «Das, worum es sich für Proudhon eigentlich handelte, war das bestehende *modern-bürgerliche Eigentum*. Auf die Frage, was dies sei, konnte nur geantwortet werden durch eine kritische Analyse der “*politischen Ökonomie*”, die das Ganze jener *Eigentumsverhältnisse*, nicht in ihrem *juristischen* Ausdruck als *Willensverhältnisse*, sondern in ihrer realen Gestalt, d. h. als *Produktionsverhältnisse*, umfaßte.», MARX, *Über P.-J. Proudhon* (1865); MEW, vol. 16, pp. 26-27.

Produktionsverhältnis der bürgerlichen Gesellschaft)⁹⁸; que «finalidade e motivo impulsionador» (*Zweck und treibendes Motiv*) deste maravilhoso sistema é «o abichamento de mais-valia» (*die Ergatterung von Mehrwerth*)⁹⁹; e que, «por conseguinte, a taxa da mais-valia é a expressão exacta para o grau de exploração da força de trabalho pelo capital, ou do operário pelo capitalista»¹⁰⁰.

Este é, de facto, o itinerário que por 1844 se inaugura.

Alguns pequenos «achados» que datam deste período serão mantidos a uso. Por exemplo, o emprego irónico de obediências teológico-religiosas — como «catolicismo» e «protestantismo» —, para caracterizar oposições de escola na doutrinação económica, quanto àquilo em que a riqueza consista¹⁰¹.

⁹⁸ MARX, *Lohnarbeit und Kapital* (1849); MEW, vol. 6, p. 408.

⁹⁹ Cf. MARX, *Das Kapital. Kritik der politischen Ökonomie. Zweiter Band. Hamburg 1885*, II, III, 21, II; MEGA², vol. II/13, p. 467.

¹⁰⁰ «Die Rate des Mehrwerths ist daher der exakte Ausdruck für den Exploitationsgrad der Arbeitskraft durch das Kapital oder des Arbeiters durch den Kapitalisten.», MARX, *Das Kapital. Kritik der politischen Ökonomie. Erster Band. Hamburg 1867*, I, 3, 3; MEGA², vol. II/5, p. 163.

¹⁰¹ Na sequência de uma apresentação de Adam Smith como «o Lutero da Economia» (*der ökonomische Luther*), comentando a defenestração das concepções mercantilistas a que este procede, Engels conclui:

«Para o lugar da franqueza católica entrou [o] fingimento protestante.» — «An die Stelle der katholischen Geradheit trat protestantische Gleichnerei.», ENGELS, *Umriss zu einer Kritik der Nationalökonomie* (1844); MEGA², vol. I/3, p. 474.

Nos *Manuscriptos de Paris*, Marx retoma, e explicita, a mesma ideia:

«Os adeptos do sistema monetário e mercantil — que conhecem a propriedade privada como um ente apenas objectivo para os seres humanos — aparecem, por conseguinte, a esta Economia Nacional esclarecida [à de Adam Smith] (que tinha descoberto a essência subjectiva da riqueza no interior da propriedade privada) como idólatras [de imagens, como feiticistas, *Fetischdiener*], como católicos.»

O conceito operativo de «Economia política» — na versão, que, como vimos à entrada, figurava na abertura dos *Umrisse* —, sem quebra daquele vínculo substancial à smithiana acepção que originariamente o dispunha no campo gravítico da «riqueza» (de onde também não foi pelos continuadores desalojado)¹⁰², não conservará todavia sempre a literalidade deste exclusivo viso.

— «Als *Fetischdiener*, als *Katholiken* erscheinen daher dieser aufgeklärten Nationalökonomie, die das *subjektive Wesen* des Reichthums — innerhalb des Privateigenthums — entdeckt hat, die Anhänger des Geld- und Merkantilsystems, welche das Privateigenthum als ein *nur gegenständliches Wesen* für den Menschen wissen.», MARX, *Ökonomisch-philosophische Manuskripte* (1844), Heft III, Ergänzung zu Heft II, Privateigenthum und Arbeit; MEGA², vol. I/2, p. 383.

No Livro terceiro de *O Capital*, a mesma metáfora, com adaptações determinadas pelo contexto, voltará a fazer uma aparição. Uns adoram o «sonante», outros sentem-se justificados pela «fê»:

«O sistema monetarista é essencialmente católico, o sistema de crédito [é] essencialmente protestante.» — «Das Monetarsystem ist wesentlich katholisch, das Kreditsystem wesentlich protestantisch.», MARX, *Das Kapital. Kritik der politischen Ökonomie. Dritter Band. Hamburg 1894*, III, II, V, 35, II; MEGA², vol. II/15, p. 583.

¹⁰² «A quilo que propriamente se chama Economia Política» (*what is properly called Political Economy*) investiga «a natureza e as causas da riqueza das nações» (*the nature and causes of the wealth of nations*). Cf. SMITH, *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations* (1776), IV, IX; ed. cit., vol. II, p. 173.

Com acentuações diferenciadas embora, a associação — como, aliás, seria expectável — continua a fazer parte dos enxovais e da baixela do comum dos tratadistas. Circunscrevo-me a duas amostras quase aleatórias, extraídas de Say e de McCulloch:

«A economia política não considera a agricultura, o comércio, e as artes, senão nas relações que eles têm com o acrescimento ou

A categoria passará rapidamente a incorporar traços definitórios complementares — com alta probabilidade, hauridos de SAY¹⁰³ ou de McCULLOCH¹⁰⁴ —, vindo a condensar-se sinteticamente no entramado dinâmico de vectores em que

a diminuição das riquezas, e não nos seus processos de execução.» — «L'économie politique ne considère l'agriculture, le commerce et les arts, que dans les rapports qu'ils ont avec l'accroissement ou la diminution des richesses, et non dans leurs procédés d'exécution.», SAY, *Traité d'Économie Politique* (1841⁶), Discours Préliminaire; ed. cit., p. 2.

«O objecto da Economia Política é apontar os meios pelos quais a indústria do homem pode ser tornada o mais produtiva daquelas coisas necessárias [à vida, *necessaries*], dos confortos, e das fruições [*enjoyments*], que constituem a *riqueza*; averiguar as proporções em que esta riqueza está dividida entre as diferentes classes da comunidade; e o modo em que ela pode ser o mais vantajosamente consumida.» — «The object of Political Economy is to point out the means by which the industry of man may be rendered most productive of those necessities, comforts, and enjoyments, which constitute *wealth*; to ascertain the proportions in which this wealth is divided among the different classes of the community; and the mode in which it may be most advantageously consumed.», McCULLOCH, *The Principles of Political Economy* (1825), I; ed. cit., p. 7.

¹⁰³ A Economia Política «ensina como se formam, se distribuem, e se consomem, as riquezas que satisfazem as precisões [*besoins*] das sociedades» — «enseigne comment se forment, se distribuent et se consomment les richesses qui satisfont aux besoins des sociétés», SAY, *Traité d'Économie Politique* (1841⁶), Discours Préliminaire; ed. cit., p. 1.

¹⁰⁴ «A Economia Política é a ciência das leis que regulam a produção, distribuição, e consumo, daqueles artigos ou produtos que têm valor de troca [*exchangeable value*], e que são ou necessários, úteis, ou agradáveis ao homem.» — «Political Economy is the science of the laws which regulate the production, distribution, and consumption of those articles or products which have exchangeable value, and are either necessary, useful, or agreeable to man.», McCULLOCH, *The Principles of Political Economy* (1825), I; ed. cit., p. 1.

se articulam «produção», «distribuição», «troca», e «consumo»¹⁰⁵.

No entanto, mesmo em *O Capital*, pelo próprio objecto de que se ocupa¹⁰⁶ e pelo carácter da literatura que acerca

¹⁰⁵ Caracterizando o ponto de vista «chão» (*flach*), segundo o qual os economistas burgueses representam estas categorias de que se servem, lembra Marx nos *Grundrisse*:

«Na produção, os membros da sociedade apropriam (pro-duzem, configuram) os produtos da Natureza às precisões [*Bedürfnisse*] humanas; a distribuição determina a proporção na qual o singular participa desses produtos; a troca oferece-lhe os produtos particulares em que ele quer converter a quota que lhe coube pela distribuição; finalmente, no consumo, os produtos tornam-se objectos da fruição [*Genuss*], da apropriação individual.» — «In der Production eignen (bringen hervor, gestalten) die Gesellschaftsglieder die Naturprodukte menschlichen Bedürfnissen an; die Distribution bestimmt das Verhältniß, worin der Einzelne theilnimmt an diesen Producten; der Austausch führt ihm die besondern Producte zu, in die er das ihm durch die Distribution zugefallne Quotum umsetzen will; endlich in der Consumption werden die Producte Gegenstände des Genusses, der individuellen Aneignung.», MARX, *Ökonomische Manuskripte 1857/58*, Einleitung zu den «Grundrissen der Kritik der politischen Ökonomie», I, 2; MEGA², vol. II/1.1, p. 26.

Em 1845, nos termos de um paralelismo ironicamente estabelecido, admite-se a possibilidade de a Teologia ser designada como «a Economia Nacional celeste» (*die himmlische Nationalökonomie*), na medida em que ela é «a doutrina da produção, distribuição, troca, e consumo da “riqueza espiritual” e dos tesouros no Céu» — «die Lehre von der Produktion, Distribution, Austausch und Konsumtion des “geistlichen Reichthums” und der Schätze im Himmel», ENGELS — MARX, *Die heilige Familie* (1845), VI, 3, b; MEW, vol. 2, pp. 116-117.

¹⁰⁶ Como logo no prefácio do Livro primeiro se explicita:

«É o objectivo final último desta obra desvendar a lei económica de movimento da sociedade moderna» — «Es ist der letzte Endzweck dieses Werk das ökonomische Bewegungsgesetz der modernen

dele existia (atenta a necessária diferenciação a ter em conta entre as suas variantes: «clássica» e «vulgar»¹⁰⁷), a «Economia

Gesellschaft zu enthüllen», MARX, *Das Kapital. Kritik der politischen Ökonomie. Erster Band. Hamburg 1867*, Vorwort; MEGA², vol. II/5, pp. 13-14.

De acordo com uma formulação anterior de Engels:

«A Economia política é a análise teórica da sociedade burguesa moderna, e pressupõe, por conseguinte, situações burguesas desenvolvidas» — «Die politische Oekonomie ist die theoretische Analyse der modernen bürgerlichen Gesellschaft, und setzt daher entwickelte bürgerliche Zustände voraus», ENGELS, *Karl Marx, Zur Kritik der politischen Ökonomie* (1859), I; MEGA², vol. II/2, p. 246.

No mesmo sentido ainda, num conjunto de notas que Marx prepara para que Engels as utilize no *Anti-Dühring*, refere-se:

«a chamada Economia política, de facto, não é senão a penetração científica na economia do período capitalista de produção» — «die sogenannte politische Oekonomie in der That nichts ist als die wissenschaftliche Einsicht in die Oekonomie der kapitalistischen Produktionsperiode», MARX, *Randnoten zu Dührings «Kritischer Geschichte der Nationalökonomie»* (1877); MEGA², vol. I/27, pp. 180 e 183.

¹⁰⁷ Como no texto da segunda edição alemã se pode ler:

«Para que se anote de uma vez por todas, entendo por Economia Política clássica toda Economia desde W. Petty que investiga a conexão interna das relações burguesas de produção, em oposição à Economia vulgar, que apenas vagueia pelo interior da conexão aparente, que, para uma inteligibilização plausível dos, por assim dizer, fenómenos mais grosseiros, e para uso doméstico burguês, ruma de novo sem cessar o material de há muito fornecido pela Economia científica, mas que, quanto ao resto, se limita a sistematizar, [a] pedantizar, e [a] proclamar como verdades eternas, as representações banais e autocomplacentes dos agentes de produção burgueses acerca do seu mundo próprio, [o] melhor [dos mundos, na opinião deles].» — «Um es ein für allemal zu bemerken, verstehe

política» de que se fala — não a análise económica (materialista e dialéctica) a que se procede¹⁰⁸ — acaba por ser, fundamentalmente, a economia política *burguesa* do modo *capitalista* de produção, que surgiu no «período da manufactura»

ich unter klassischer politischer Oekonomie alle Oekonomie seit W. Petty, die den innern Zusammenhang der bürgerlichen Produktionsverhältnisse erforscht, im Gegensatz zur Vulgäroekonomie, die sich nur innerhalb des scheinbaren Zusammenhangs herumtreibt, für eine plausible Verständlichmachung der so zu sagen gröbsten Phänomene und den bürgerlichen Hausbedarf das von der wissenschaftlichen Oekonomie längst gelieferte Material stets von neuem wiederkaut, im Uebrigen aber sich darauf beschränkt, die banalen und selbstgefälligen Vorstellungen der bürgerlichen Produktionsagenten von ihrer eignen besten Welt zu systematisiren, pedantisiren und als ewigen Wahrheiten zu proklamiren.», MARX, *Das Kapital. Kritik der politischen Ökonomie. Erster Band. Hamburg 1872*, I, I, 1, 3, D, 4; MEGA², vol. II/6, p. 111.

Para outros desenvolvimentos — que, no entanto, no seu pormenor, apenas confirmam as linhas mestras que presidem a esta repartição dos arrumos —, veja-se, por exemplo, também: MARX, *Theorien über den Mehrwert*, Beilagen, 5; MEW, vol. 26.3, pp. 490-494.

De acordo com uma conhecida formulação anterior, a Economia política «clássica» começa, em Inglaterra, com William Petty, e, em França, com Pierre Boisguillebert, vindo a encerrar o seu ciclo com David Ricardo, e com Sismonde de Sismondi. Cf. MARX, *Zur Kritik der politischen Ökonomie* (1859), I, I, 1, A; MEGA², vol. II/2, pp. 130-131.

¹⁰⁸ Vejam-se, com este propósito — não cabendo aqui entrar no seu desenvolvimento —, as importantes considerações de natureza metodológica que, no arranque mais sistemático dos trabalhos, são expendidas: MARX, *Ökonomische Manuskripte 1857/58*, Einleitung zu den «Grundrissen der Kritik der politischen Ökonomie», I, 3; MEGA², vol. II/1.1, pp. 35-43.

No que respeita a algumas questões pertinentes em torno do fundamento materialista e dialéctico sobre que repousa a crítica da Economia empreendida por Marx: ENGELS, *Karl Marx, Zur Kritik der politischen Ökonomie* (1859), II; MEGA², vol. II/2, pp. 252-254. Neste capítulo, há que considerar, mais tarde: MARX, *Das Kapital. Kritik der politischen Ökonomie. Erster Band. Hamburg 1872*, Nachwort; MEGA², vol. II/6, pp. 700-710.

(*Manufakturperiode*)¹⁰⁹, e que propriamente só começa a ganhar contornos de efectivo conhecimento quando desloca o predomínio das suas considerações da esfera «mercantilista» da circulação para o processo produtivo realizado em ambiente «fabril»¹¹⁰.

Trata-se, portanto, de *uma* «Economia política» — tanto no terreno da história, como no das ideologias — bem *determinada*. Que sem sair, e sem saída, se envencilha «na sua pele burguesa» (*in ihrer bürgerlichen Haut*)¹¹¹, da qual jamais se desprende. Que, enquanto ambição no desiderato posta — nem sempre, na cosmética, mascarado —, com denodo se esmifra por «sacralizar como lei o subsistente» (*das Bestehende als Gesetz zu heiligen*)¹¹². Que nos solutos «científicos» a que chega não consegue solver aqueles «soluções» que uma crescente agudização da luta das classes, materialmente fundada na contradição do próprio sistema, não deixa de ir provocando¹¹³.

¹⁰⁹ Cf. MARX, *Das Kapital. Kritik der politischen Ökonomie. Erster Band. Hamburg 1867*, I, 4, 3; MEGA², vol. II/5, p. 298.

¹¹⁰ «A ciência [efectivamente] real da Economia moderna começa somente onde a consideração teórica transita do processo de circulação para o processo de produção.» — «Die wirkliche Wissenschaft der modernen Oekonomie beginnt erst, wo die theoretische Betrachtung vom Cirkulationsproceß zum Produktionsproceß übergeht.», MARX, *Das Kapital. Kritik der politischen Ökonomie. Dritter Band. Hamburg 1894*, III, I, IV, 20; MEGA², vol. II/15, p. 329.

¹¹¹ Cf. MARX, *Das Kapital. Kritik der politischen Ökonomie. Erster Band. Hamburg 1867*, I, 5, 4, a; MEGA², vol. II/5, p. 439.

¹¹² Cf. MARX, *Das Kapital. Kritik der politischen Ökonomie. Dritter Band. Hamburg 1894*, III, II, VI, 47, II; MEGA², vol. II/15, p. 768.

¹¹³ «Na medida em que é burguesa — quer dizer: [na medida] em que, em vez de apreender a ordem capitalista como estádio historicamente transitório de desenvolvimento, [a apreende] ao invés, como figura absoluta e última da produção social —, a Economia política só pode permanecer ciência, enquanto a luta de classes permanecer latente, ou se revelar apenas em fenómenos isolados.» — «So weit sie bürgerlich ist, d. h. die kapitalistische

Entre algumas outras razões (que a razão conhece), é por tudo isto também que *esta* «Economia política» foi, e tem que continuar a ser — até porque os rebentos, e as neoplasias, campeiam pelo adro — sujeita a competente *crítica*. No seu teor de doutrina, na homilética adoçante que dos púlpitos se lhe adossa ¹¹⁴, e, sobremaneira, nas condições materiais de produção e de reprodução do viver que, em clave e na escala capitalista, lhe possibilitam o surto e pilotam os voos.

Como Rosa LUXEBURG um dia observou, com justeza, clarificando uma divisão das águas: «Marx colocou a sua doutrina económica própria fora da Economia Nacional oficial, [e] chamou-lhe “uma crítica da Economia política”» ¹¹⁵.

Ordnung statt als geschichtlich vorübergehende Entwicklungsstufe, umgekehrt als absolute und letzte Gestalt der gesellschaftlichen Produktion auffaßt, kann die politische Oekonomie nur Wissenschaft bleiben, so lange der Klassenkampf latent bleibt oder sich in nur vereinzelten Erscheinungen offenbart.», MARX, *Das Kapital. Kritik der politischen Ökonomie. Erster Band. Hamburg 1872*, Nachwort; MEGA², vol. II/6, p. 701.

¹¹⁴ O elenco das paradisíacas promessas, e o triste balancete dos resultados, são de há muito conhecidos, mas com frequência encontram-se votados a um (in)conveniente esquecimento:

«As doutrinas da economia burguesa — a identidade dos interesses do capital e do trabalho, a harmonia universal, a prosperidade geral engendrada pela livre concorrência — foram brutalmente desmentidas pelos factos.» — «Les doctrines économiques de l'économie bourgeoise, l'identité des intérêts du capital et du travail, l'harmonie universelle, la prospérité générale engendrée par la libre concurrence, furent brutalement démenties par les faits.», ENGELS, *Socialisme utopique et socialisme scientifique* (1880); MEGA², vol. I/27, p. 564.

¹¹⁵ «Marx seine eigene ökonomische Lehre außerhalb der offiziellen Nationalökonomie gestellt, sie “eine Kritik der politischen Ökonomie” genannt hat», Rosa LUXEBURG, *Einführung in die Nationalökonomie* (1925),

Em termos de conteúdo — categorial e disciplinar —, não é porém forçoso que a Economia política tenha que permanecer principalmente confinada aos domínios desta modernidade capitalista, em cujo ambiente veio à luz do dia. Até porque — ao contrário do que a apologética vulgar apregoa, e o confucionismo conceptual consente —, mesmo numa economia que a dinheiro funciona (*Geldwirtschaft*), «produção» (*Produktion*) e «produção capitalista» (*kapitalistische Produktion*) não se identificam ¹¹⁶.

Abundam aliás os sinais, embora dispersos, de que Marx começou a equacionar estas matérias pensando num tabuleiro mais alargado ¹¹⁷. Por seu turno, Engels, no *Anti-Dühring*,

I, 6; *Gesammelte Werke*, ed. Günter Radczun, Berlin, Dietz Verlag, 1975, vol. 5, p. 591.

Não é obviamente neste sentido que Bernstein — para desferir os seus ataques contra a concepção económica do «bolchevismo» — afirma que «a obra de Marx» (*das Marxsche Werk*) constitui «apenas uma crítica sumária» (*nur eine zusammenfassende Kritik*), «mas não é nenhum manual de Economia do Povo» (*kein Handbuch der Volkswirtschaft ist*). Cf. Eduard BERNSTEIN, *Die Voraussetzungen des Sozialismus und die Aufgaben der Sozialdemokratie* (1899), Nachwort (1921²); ed. Horst Heimann, Berlin — Bonn, Verlag J. H. W. Dietz Nachf., 1984⁸, p. 230.

¹¹⁶ Cf. MARX, *Das Kapital. Kritik der politischen Ökonomie. Dritter Band. Hamburg 1894*, III, I, IV, 20, e III, II, VI, 47, I; MEGA², vol. II/15, respectivamente, pp. 316-317 e 762-763.

¹¹⁷ «A sociedade burguesa é a organização histórica, mais desenvolvida e mais diversificada, da produção. As categorias que expressam as suas relações, o entendimento da sua articulação, proporcionam, por conseguinte, simultaneamente, [uma] penetração na articulação e nas relações de produção de todas as formas de sociedade que naufragaram [...]. A anatomia do ser humano é a chave para a anatomia do macaco. [...]. Em todas as formas de sociedade, é uma produção determinada que atribui a todas as restantes — e cujas relações, por conseguinte, [atribuem] também a todas as restantes [relações] — [o seu] posto [na unidade do sistema] e [a sua] influência.» — «Die bürgerliche Gesellschaft ist die entwickelteste und mannigfaltigste historische Organisation der Production.

remetendo para a historicidade intrínseca dos diferentes modos de produção, igualmente ensaia uma maior amplitude de vistas para possíveis enfoques ¹¹⁸.

Não é, no entanto, este o momento apropriado para experimentar reconstruções do tema. Ainda que elas fossem viáveis, designadamente, a partir dos apontamentos que Marx elaborou acerca das formas que antecederam o modo capitalista de produção ¹¹⁹, dos artigos sobre a dominação britânica

Die Kategorien, die ihre Verhältnisse ausdrücken, das Verständniß ihrer Gliederung, gewähren daher zugleich Einsicht in die Gliederung und die Productionsverhältnisse aller der untergegangenen Gesellschaftsformen [...]. Die Anatomie des Menschen ist ein Schlüssel zur Anatomie des Affen. [...]. In allen Gesellschaftsformen ist es eine bestimmte Production, die allen übrigen, und deren Verhältnisse daher auch allen übrigen, Rang und Einfluß anweist.», MARX, *Ökonomische Manuskripte 1857/58*, Einleitung zu den «Grundrissen der Kritik der politischen Ökonomie», I, 3; MEGA², vol. II/1.1, pp. 40 e 41.

¹¹⁸ «A Economia política, no sentido mais amplo, é a ciência das leis que dominam a produção, e a troca, do sustento material da vida [*materieller Lebensunterhalt*] na sociedade humana. [...]. As condições nas quais os seres humanos produzem e trocam mudam de país para país e, em cada país, voltam a mudar de geração para geração. A Economia política não pode portanto ser a mesma para todos os países e para todas as épocas históricas. [...]. A Economia política é, assim, essencialmente, uma ciência *histórica*.» — «Die politische Oekonomie, im weitesten Sinne, ist die Wissenschaft von den Gesetzen, welche die Produktion und den Austausch des materiellen Lebensunterhalts in der menschlichen Gesellschaft beherrschen. [...]. Die Bedingungen, unter denen die Menschen produziren und austauschen, wechseln von Land zu Land, und in jedem Lande wieder von Generation zu Generation. Die politische Oekonomie kann also nicht dieselbe sein für alle Länder und für alle geschichtlichen Epochen. [...]. Die politische Oekonomie ist somit wesentlich eine *historische Wissenschaft*.», ENGELS, *Herrn Eugen Dühring's Umwälzung der Wissenschaft* (1878), II, I; MEGA², vol. I/27, pp. 340 e 340-341.

¹¹⁹ Veja-se: MARX, *Ökonomische Manuskripte 1857/58*, Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie. Zweiter Teil, III, Formen, die der kapitalistischen Produktion vorhergehen; MEGA², vol. II/1.2, pp. 378-415.

na Índia ¹²⁰, dos projectos para uma carta a Vera Zassúlitch ¹²¹, ou recorrendo às incursões engelsianas por estádios mais primitivos do desenvolvimento humano ¹²².

Penso que, nas condições da altura, ENGELS nos dá acertadamente conta do porto de chegada de uma longa pesquisa, que também pode constituir ponto de amarração para ulteriores périplos a empreender, quando escreve:

A Economia política — enquanto a ciência das condições e [das] formas nas quais as diversas sociedades humanas produziram e trocaram, e em conformidade com as quais os produtos de cada vez se repartiram —, a Economia política, nesta extensão [do seu significado], ainda está contudo por criar. Aquilo que de ciência económica nós até agora possuímos limita-se, quase exclusivamente, à génese e ao desenvolvimento do modo capitalista de produção ¹²³.

¹²⁰ Cf. MARX, *The British Rule in India* (1853) e *The Future Results of British Rule in India* (1853); MEGA², vol. I/12, respectivamente, pp. 166-173 e 248-253.

¹²¹ Cf. MARX, *Premier projet, deuxième projet, troisième projet, quatrième projet, et lettre à Vera Ivanovna Zassoulitch, le 8 mars 1881*; MEGA², vol. I/25, pp. 217-242.

¹²² Cf. ENGELS, *Der Ursprung der Familie, des Privateigentums und des Staats. Im Anschluß an Lewis H. Morgans Forschungen* (1884); MEGA², vol. I/29, pp. 7-114.

Vejam-se, além de vários outros artigos publicados, os materiais redigidos entre 1878 e 1882: ENGELS, *Zur Urgeschichte der Deutschen e Fränkische Zeit*; MEGA², vol. I/25, respectivamente, pp. 308-351 e 352-396.

¹²³ «Die politische Oekonomie, als die Wissenschaft von den Bedingungen und Formen, unter denen die verschiedenen menschlichen Gesellschaften produziert und ausgetauscht, und unter denen sich demgemäß jedesmal die Produkte vertheilt haben, die politische Oekonomie in dieser Ausdehnung soll jedoch erst geschaffen werden. Was wir von ökonomischer Wissenschaft bis jetzt besitzen, beschränkt sich fast ausschließlich auf die Genesis und Entwicklung der kapitalistischen Pro-

Em 1844, a viragem para a economia marca a inauguração das viagens. Que, uma vez mais, nunca deixaram de ser norteadas por algo a que bem cedo Marx prestou a atenção devida, tomando-o por bússola nas suas andanças:

«A verdadeira crítica» — porque ao nível dos próprios supostos que comandam toda a indagação se desenvolve — «analisa, por conseguinte, não as respostas, mas as perguntas»¹²⁴.

No labirinto das matérias cujo exame importa, e nos respondimentos que teórica e praticamente nos cumpre ir dando, saibamos cuidar sempre de uma correcta e fecunda colocação das interrogações.

Trata-se, porventura, de um desafio, ao qual, com aquela suficiência devida, não corresponði. Não prometo melhoras. Hoje, fico-me por aqui.

*The 1844 turning point. Engels, Marx and Political Economy:
a note on first approaches*

*José Barata-Moura **

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

duktionsweise», ENGELS, *Herrn Eugen Dühring's Umwälzung der Wissenschaft* (1878), II, I; MEGA², vol. I/27, p. 343.

¹²⁴ «Die wahre Kritik analysirt daher nicht die Antworten, sondern die Fragen.», MARX, *Die Centralisationsfrage in Bezug auf sich selbst und in Bezug auf das Beiblatt der Rheinischen Zeitung zu Nr. 137* (1842); MEGA², vol. I/1, p. 170.

* Por vontade expressa do Autor, não se incluem resumos nem palavras-chave. [Nota da Direção]